

ATA NÚMERO 12

Sessão Ordinária de 14 de dezembro de 2023

----- Aos catorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Amarante, em sessão ordinária, devidamente convocada, nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do respetivo Regimento, para ter início às vinte horas, com a seguinte ORDEM DO DIA: -----

1. **Relatório de atividades e situação financeira do Município** – Para conhecimento. -----
2. **Reprogramação das Grandes Opções do Plano 2023** - (Registo n.º 10503/2023/12/04). -----
3. **Transportes Públicos - Reduções Tarifárias 2024** – (Registo n.º 10504/2023/12/04). -----
4. **Fixação da Taxa da Derrama para 2023** – (Registo n.º 10286/2023/11/27).
5. **Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)** – Fixação de Taxa do Imposto relativo a 2023 – (Registo n.º 10287/2023/11/27).-----
6. **Participação variável no IRS** – (Registo n.º 10288/2023/11/27). -----
7. **Taxa Municipal de Direitos de Passagem** – (Registo n.º 10285/2023/11/27). -----
8. **Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2024** – (Registo n.º 10292/2023/11/27). -----
9. **Provedor Municipal da Pessoa com Deficiência** – (Registo n.º 10269/2023/11/27). -----

- 10.-**Alteração ao Código Regulamentar do Município de Amarante -**
Voluntariado jovem - (Registo n.º 7962/2023/09/13).-----
- 11.-**Reconhecimento de Relevante Interesse Público (RIP) do Projeto de**
construção da via de ligação entre a Avenida 25 de Abril (Colégio de
São Gonçalo) e a Avenida Alexandre Herculano (Costa Grande) -
(Registo n.º 9255/2023/10/25).-----
- 12.-**Afetação de parcela de terreno ao domínio público municipal -** (Registo
n.º 10004/2023/11/20). -----
- 13.-**Designação de cidadãos eleitores para integrarem a Comissão de**
Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (CPCJ) de Amarante, nos
termos do artigo 17.º, alínea I) da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na
sua redação atual - (Registo n.º 25180/2023/10/26).-----
- 14.-**Plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas -**
Relatório de avaliação intercalar 2023 - (Registo n.º 8676/2023/10/09) -
Para conhecimento. -----

----- -- O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Leonel Dias Marques da
Cunha, assumiu a presidência da Mesa, sendo coadjuvado por Carlos Marques da
Silva Macedo, como Primeiro Secretário, e Sara Moreira Machado, como Segunda
Secretária. -----

----- Feita a chamada, verificou-se que estavam presentes os/as seguintes
membros: -----

----- Miguel André Carvalho Varejão, Eugénia Margarida Pinto Soares Vieira, Maria
de Lurdes Pinheiro Coelho, António Ferreira Soares Araújo, Cândido Augusto Pires
Zoio, João Carlos Santos Leite, Nuno Miguel Oliveira Sousa Queirós, Amélia Maria
Gomes de Oliveira, Liliana Cristina Pereira Ribeiro, Carlos António Silva Carvalho,
Pedro Manuel Pinto Ribeiro, Sara Moreira Machado, Hugo Jorge Carvalho Peixoto,

Joaquim Augusto Teixeira, Simone Guedes Oliveira, Carlos Alberto Freitas Miranda, Rui Pedro Barreira Morais, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, Ana Isabel Pinto Teixeira, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Carlos Marques da Silva Macedo, Ana Margarida Fernandes Carvalho, Jorge Miguel Moreira da Silva, José Augusto Oliveira Araújo e Zita Graça Teixeira Pereira. -----

----- Presidentes de Junta de Freguesia: Ansiães – António Fonseca Brandão; Fregim – Sandra Castro Fraga; Fridão – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós; Gouveia (São Simão) – Joaquim de Oliveira; Jazente – Daniela Conceição Teixeira Ribeiro; Louredo – António Jorge Barbosa Torres; Lufrei – António Alexandrino Ferreira de Magalhães; Mancelos – Ricardo Samuel Teixeira Alves; Padronelo – Armando Jorge Pinheiro Coimbra; Rebordelo – Cláudia Daniela Mota e Silva; Salvador do Monte – Pedro Davide Leite Fernandes; Telões – Ivone Sofia Ribeiro; Travanca – Fernando José Teixeira da Cunha; Vila Caiz – José António Pereira Ferreira; Vila Chã do Marão – Rui Filipe Coelho; União das Freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão - Sara Eliana Peixoto Gonçalves; União das Freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei – Fátima Elisabete Barbosa Mendes; União das Freguesias de Figueiró (Santiago e Santa Cristina) – Daniel António Teixeira Pinheiro; União das Freguesias de Olo e Canadelo – Henrique Álvaro Pereira Seixas; União das Freguesias de Vila Garcia, Aboim e Chapa – António Cândido Alves Pinheiro; e Freguesia de Vila Meã – Lino Manuel Macedo. -----

----- Pediram a substituição, e/ou justificaram a respetiva falta, os/as senhores/as deputados/as: Alexandra Gabriela de Almeida Bento Pinto (substituída por Miguel André Carvalho Varejão), Ercília Gonçalves Costa (substituída por Maria de Lurdes Pinheiro Coelho), Sara Luísa Magalhães Maia, André da Silva e Ribeiro e Costa Magalhães (substituído por Liliana Cristina Pereira Ribeiro), Torcato Fernando Carvalho Ferreira (substituído por Pedro Manuel Pinto Ribeiro), Vítor Manuel Briga

Rei (substituído por Joaquim Augusto Teixeira), José Joaquim Magalhães Teixeira (substituído por Ana Isabel Pinto Teixeira), Francisca Oliveira Teixeira Alves dos Santos (substituída por Jorge Miguel Moreira da Silva), Presidente da Junta de Freguesia de Candemil – Ana Sofia Marinho Briga; Presidente da Junta de Freguesia de Gondar – Hugo Vaz; Presidente da Junta de Freguesia da Lomba – José Filipe de Jesus Carvalho; Presidente da Junta da União das Freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea – Henrique Jorge Monteiro; Presidente da Junta da União das Freguesias de Amaranate (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão - Américo Paulo da Silva Ribeiro (substituído por Sara Eliana Peixoto Gonçalves); Presidente da Junta da União das Freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei – Ângelo Pereira Magalhães (substituído por Fátima Elisabete Barbosa Mendes), Presidente da Junta da União das Freguesias de Freixo de Cima e de Baixo – Alfredo Teixeira Carvalho, Presidente da Junta da União das Freguesias de Olo e Canadelo - Marta Marinho (substituída por Henrique Álvaro Pereira Seixas). -----

----- A Câmara Municipal fez-se representar pelo senhor Presidente, José Luís Gaspar Jorge, e pelos/as senhores/as vereadores/as: Carlos Gonçalo Teixeira Pereira, Ana Rita Brochado Marinho Bastos Batista, Adriano Teixeira Alves dos Santos, Sílvia Isabel Brochado Araújo, Ana Cristina Torres Varejão dos Reis, Carlos Manuel Azevedo Pereira e Manuel Alexandre Machado Oliveira. -----

----- Seguidamente, após verificação do quórum, pelas vinte horas e trinta minutos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, passando de imediato ao ato de tomada de posse das senhoras deputadas Liliana Cristina Pereira Ribeiro e Ana Isabel Pinto Teixeira. -----

----- De seguida, foi dado início ao -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- De imediato, nos termos do disposto na alínea a), n.º 2, do artigo 17.º do

Regimento, procedeu-se à apreciação e votação da ata n.º 11, respeitante à sessão ordinária de 22.09.2023, tendo o senhor Presidente da Assembleia pedido dispensa da sua leitura em voz alta, uma vez que a mesma foi previamente disponibilizada na plataforma informática. Não se verificaram inscrições para usar da palavra, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade. Por força do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, não participaram na votação da ata, por terem estado ausentes da respetiva reunião, os/as senhores/as: João Carlos Santos Leite, Carlos António Silva Carvalho, Simone Guedes Oliveira, Rui Pedro Barreira Morais, Jorge Miguel Moreira da Silva, Zita Graça Teixeira Pereira, Liliana Cristina Pereira Ribeiro, Ana Isabel Pinto Teixeira, Presidente da Junta de Freguesia de Mancelos – Ricardo Samuel Teixeira Alves Presidente da Junta de Freguesia de Rebordelo – Cláudia Daniela Mota e Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Travanca – Fernando José Teixeira da Cunha, Fátima Elisabete Barbosa Mendes, vogal da Junta da União das Freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei, Henrique Álvaro Pereira Seixas, vogal da Junta da União das Freguesias de Olo e Canadelo. -----

-----O senhor presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida mais relevante, desde a última sessão, de acordo com a alínea b), n.º 2, do artigo 17.º do Regimento. Leu em voz alta o teor de uma carta de Amadeu Clemente Teixeira, a agradecer a aprovação do voto de pesar pelo falecimento de Monsenhor Manuel Clemente Teixeira, seu irmão, do seguinte teor: -

-----“Venho por este meio manifestar o meu agradecimento pela carta que me foi endereçada com o voto de pesar pelo falecimento do meu irmão. Fiquei muito sensibilizado com o gesto e com as palavras de homenagem a Monsenhor Manuel Clemente Teixeira. Acredito que homenagear os mortos é sempre uma forma de honrar os vivos. O momento é triste, mas a hora é de gratidão, porque a história de

vida de Manuel Clemente Teixeira, do seu testemunho, a sua presença e a sua intervenção perdurarão na memória dos vivos. Por isso, em nome da família, agradeço a intenção. -----

----- É da mais elementar justiça, que Manuel Clemente Teixeira seja sempre recordado como uma figura maior de Amarante, um homem extraordinário, um humanista que, ao longo dos seus 93 anos, marcou de forma indelével a vida de tanta gente. Que a memória não seja curta e que os amarantinos sejam capazes de encontrar na sua figura e exemplo uma oportunidade de reflexão e de crescimento em comunidade.” -----

----- Deu ainda nota do relatório do auditor externo sobre a situação económico financeira do Município, referente ao 1º semestre de 2023, para conhecimento, o qual fora disponibilizado previamente na plataforma informática. -----

----- Seguidamente, deu-se início ao período para tratamento de assuntos de interesse geral do Município (n.º 3, artigo 17.º do Regimento). -----

----- Inscreveram-se para usar da palavra: -----

----- **O senhor Daniel António Teixeira Pinheiro, Presidente da Junta da União das Freguesias de Figueiró (Santiago e Santa Cristina), do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Enquanto presidente de junta, tenho recebido dezenas de reclamações dos meus fregueses sobre um ofício-circular enviado pelas Águas do Norte aos cidadãos.

----- Tal ofício informa os cidadãos que as captações particulares de água por poços e furos artesanais apenas poderão ser utilizadas para consumo não humano. E ameaça os cidadãos com a interrupção do abastecimento de água e com coimas de valores bastante elevados. -----

----- Esta situação é grave, porque ignora completamente a natureza rural de grande parte de nosso concelho. É urgente que esta Assembleia e a Câmara Municipal

tomem posição sobre esta matéria. -----

----- Qualquer pessoa de bom senso e de mediana experiência de vida sabe que não é a mesma coisa o abastecimento de água pública em zona rural, de povoamento disperso, ou em zona urbana, de povoamento denso e concentrado. -----

----- Enquanto neste a possibilidade de abastecimento e consumo de água se reduz ao consumo doméstico, na qual o consumo humano é mais abrangente e abarca uma série de necessidades humanas. -----

----- Exigir, nas zonas rurais, às habitações que tenham duas redes paralelas de abastecimento - uma para abastecimento de água fornecida pela rede pública e outra para o abastecimento de fontes particulares - é um verdadeiro absurdo, porque implicaria que as habitações construídas há 10, 20, 30, ou mais anos, tenham de ser objeto de obras, para instalações de uma segunda rede de distribuição de água.-----

----- Já alguém pensou nos custos que a instalação de uma segunda rede de distribuição de água nessas habitações iria implicar? -----

----- E já alguém pensou nos milhares de casas que iria abranger num concelho como o nosso, em que grande parte da sua área assume características rurais?-----

----- E já alguém se perguntou se as populações abrangidas têm recursos financeiros bastantes para operarem essas transformações necessárias? -----

----- Esmagados que estamos por impostos, taxas e contribuições fiscais de toda a natureza, vai exigir-se às populações que sustentem mais um imposto de carga tão elevada? Pois é nisso que se traduz esta exigência das Águas do Norte, de execução de uma segunda rede de distribuição de água domiciliária em todas as casas dos nossos concidadãos. -----

----- Ninguém compreenderá que milhares de habitações construídas segundo as regras traçadas pela Câmara Municipal e por esta licenciadas para serem habitadas, sejam agora sujeitas a novas obras que exigem gastos de muitos milhares de euros,

por imposição das Águas do Norte. E não se diga que são razões de saúde pública que impõe estas novas regras. -----

----- A nova lei só obriga para as novas casas que agora forem construídas. Não pode ser aplicada retroativamente às habitações já construídas, ao abrigo das legislações anteriores e licenciadas com base nelas. -----

----- Esta exigência das Águas do Norte contende com direitos constituídos e solidificados ao abrigo da lei anterior. E implica um problema político que esta Assembleia e a Câmara Municipal não podem ignorar ou fazer de conta que não existe. Cabe a estas instituições defender os interesses das populações, que para isso foram eleitos. -----

----- Só a Câmara e a Assembleia Municipal foram eleitas. As águas do Norte não representam as populações e só querem extrair delas mais dinheiro, mais gastos, mais despesas. Já chega de esmagar os cidadãos. Já chega de lhes extorquir dinheiro. É preciso deixar que as pessoas respirem e tenham a liberdade de escolherem entre o abastecimento de água da rede pública ou de fontes de abastecimento particular.

----- Por mim, não posso concordar com esta posição das Águas do Norte e acho que esta Assembleia Municipal e a Câmara Municipal deverão manifestar junto das Águas do Norte, em nome do povo que representam, o seu repúdio pelas exigências que vão que vem fazendo às populações. -----

----- É este o meu dever perante a população de Figueiró (Santiago e Santa Cristina), que aqui, com honra, represento.” -----

----- **O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “A primeira nota é para dar os parabéns a duas instituições desta cidade porque soubemos, hoje mesmo, que a Escola Secundária de Amarante e a EPALC viram aprovados centros tecnológicos, das áreas da informática e das energias

renováveis. A EPALC, depois de reconfigurar a candidatura, conseguiu voltar ao concurso, sendo repescada para ter mais um CET de energias renováveis. O que é bom para a cidade, pois são quatro centros tecnológicos que vão certamente alavancar a qualidade do ensino em Amarante e, dessa forma, dotar estas escolas com capacidade técnica e instrumentos para prestar um bom ensino, em Amarante.

----- Uma outra nota, esta não tão boa, é acerca de uma circular normativa, sobre o direito de inscrição e de reinscrição na Caixa Geral de Aposentações, por parte dos funcionários das escolas e outros serviços públicos. Os funcionários que tinham ido para o regime da segurança social, poderiam ingressar na Caixa Geral de Aposentações. Essa circular normativa, datada de 28 de julho do corrente ano, sabemos que foi enviada para o município de Amarante, em 31 de julho, onde era mencionado um conjunto de pessoas requerentes. O Município informou os interessados, apenas a 12 de novembro. Portanto, passado uns meses, reinscreveram os funcionários na Caixa Geral de Aposentações. Ou seja, a 12 de novembro informaram que, retroativamente, tinham procedido às inscrições a 01.10.2023, sendo que temos um problema, porque a Caixa Geral de Aposentações suspendeu essas inscrições. Eu gostaria de saber qual é o ponto de situação dessas inscrições, se estão mesmo inscritos ou se esses funcionários são mesmo penalizados, porque não viram as suas condições salvaguardadas? Portanto, o que gostaríamos de saber era se estes trabalhadores já têm efetivamente uma inscrição ativa na Caixa Geral de Aposentações. E se não têm, quais foram os procedimentos que a autarquia fez para corrigir esta situação, que foi certamente um lapso e era importante que fosse corrigido.-----

----- Depois, uma outra nota que eu queria aqui trazer. Na rua 31 de janeiro existe um edifício, há já bastantes anos, que está em ruínas e que agora até está tapado com umas lonas e que pode pôr em causa a segurança das pessoas, à

semelhança daquilo que aconteceu em Santa Luzia, um prédio que estava praticamente em ruínas. O que é certo é que isso, como disse, já perdura há bastantes anos e era para perceber se a Câmara Municipal já fez as diligências necessárias junto dos proprietários, para corrigir essa situação. E, se o fizeram e como não houve intervenção, se a própria autarquia já tomou as medidas necessárias para salvaguardar essa situação, até porque circulam ali muitos carros, a rua é bastante apertada e pode pôr em causa mesmo a segurança das pessoas? -----

----- Portanto, são estas as notas que queria aqui trazer.”-----

----- **O senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Antes de começar a minha intervenção, queria fazer um ponto prévio. Senhor Daniel, subscrevo o que aqui disse e se fosse como nós quisemos, não era a Águas do Norte que estava a tratar das águas de Amarante, era a Câmara Municipal e de certeza que esta não trataria assim as pessoas de Amarante. Outro ponto prévio, sobre a inscrição na Caixa Geral de Aposentações. Que eu saiba, isso vai ser revisto pela tutela da Caixa Geral de Aposentações que, como sabe, é o governo. E vai ser revisto porque houve muitas pessoas, não foram as instituições sequer, que não apresentaram requerimento dentro do prazo. Pelo que sei, está a ser revista a situação de a Caixa Geral de Aposentações retomar o prazo de inscrição, o que é justo, aliás.-----

----- Depois, venho falar aqui de uma situação que nos deve preocupar a todos, que é a situação da saúde, no nosso país, que está caótica. Infelizmente, não digo isto com gosto nenhum, como é evidente. É público e notório o que se passa, nomeadamente com o encerramento das urgências em vários hospitais por todo o país. Hoje em dia, as pessoas têm pavor em adoecer, isto também é público, deixaram de ter confiança nos hospitais públicos. Isto é trágico! E eu tenho ouvido e

com certeza que as senhoras e senhores aqui presentes também têm ouvido isso, “se eu adoecer, não me levem para o hospital.” Isto é triste, é trágico. Neste caso, na nossa região, dizem “não me levem para o hospital de Amarante ou de Penafiel, como é evidente. Os governos do Partido Socialista, designadamente este último, não conseguiu resolver este problema, isto é factual. Antes o tem agravado e de forma acentuada, infelizmente. Ironicamente, o Partido Socialista – e desculpem-me a expressão -, enche a boca com o facto de ter sido pai do Serviço Nacional de Saúde, afinal, tem sido o seu maior coveiro. Isto também é factual. Não é certamente por acaso que, atualmente, mais de cinco milhões de portugueses têm um seguro de saúde privado ou um subsistema de saúde, e só com um seguro de saúde são 3,6 milhões de portugueses. Sinal de que não confiam, infelizmente, no Serviço Nacional de Saúde. Infelizmente, também, nunca foi tão necessário recorrer aos privados. Sem esquecer, ainda, neste trajeto, o erro crasso, que foi acabar com algumas PPP, que, ao menos, funcionavam eficazmente. Por mero preconceito ideológico. Mas, a minha a maior preocupação do que venho aqui falar, que deve ser também a preocupação de todos nós, é a situação do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa. Já falamos aqui muitas vezes, nós, daqui desta bancada, mas não me recordo de nenhum membro do Partido Socialista desta Assembleia ter falado sobre este assunto, quer quanto aos problemas do hospital, quer também o que é também muito grave, quanto ao facto de o Hospital de Amarante estar escandalosamente subdotado de valências e de recursos humanos e materiais. Ao contrário, eu próprio e outros elementos desta bancada já falamos aqui muitas vezes neste assunto. E já tomámos, inclusive, outras medidas. Eu sei que a Câmara também tem tomado medidas, mas que, infelizmente, não tem conseguido resultados. Mas, voltando ao Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, sei que, neste momento, se vivem situações muito complicadas. Uma situação que já era má e ainda conseguiu piorar bastante.

É verdade que o Centro Hospitalar sempre teve muitas dificuldades em conseguir responder às necessidades de saúde da população que abrange. E também é verdade que, todos os anos, temos assistido a situações caóticas na urgência do hospital e no internamento, com longas horas de espera e pessoas nos corredores à espera de camas. E, portanto, quando pensávamos que não era possível piorar, a situação é efetivamente pior, é mais aflitiva. Com ausência de urgência de cirurgia geral e o condicionamento de urgência de pediatria, ginecologia, obstetrícia e medicina interna, o que obviamente leva a um aumento ainda maior do tempo de espera para se ser atendido numa urgência e posteriormente, ao facto de ter que ser transferido para outro centro hospitalar que dê resposta às respetivas situações. Isto coloca em risco a vida das pessoas que necessitam de acorrer ao hospital, por situações urgentes. Sem falar ainda, conforme já disse, que, em Amarante, continuamos com o hospital muito aquém do desejável e do que é necessário para dar resposta aos amarantinos e às amarantinas. Já sabemos, agora, que, a partir do próximo ano, vamos ser uma ULS, uma unidade local de saúde. Está tudo a ser feito à pressa, pelo que ainda não sabemos bem como é que vai funcionar a ULS. Mas já sabemos que o governo, que é um governo que está demitido, vai substituir, ou já substituiu, mais de trinta administradores hospitalares, inclusive o administrador do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa. Mas, penso eu, que não sou um especialista, pelo que fui ouvindo, ainda não está bem definida a nova organização hospitalar, esperemos que seja pelo menos uma oportunidade para colocar no Hospital de Amarante as valências e os recursos humanos necessários para dar uma resposta conveniente à nossa população. Esperemos que o próximo governo consiga resolver o que este não só não resolveu como agravou acentuadamente. Haja otimismo e esperança.” -----

----- **O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----"Venho só aqui dar duas notas: que a responsabilidade da não inscrição na Caixa Geral de Aposentações não é das pessoas, é mesmo dos serviços. E eu passo a citar o que diz a circular da Caixa Geral de Aposentações: *devem essas entidades empregadoras enviar à Caixa Geral de Aposentações o formulário modelo CGA11 - atualização do vínculo de cada trabalhador preenchido, e inscrevê-lo na lista de pessoal da entidade, a relação contributiva e iniciado de imediato a entrega das quotas e contribuições, ficando de imediato garantida a produção de efeitos para o futuro da inscrição do utente, como subscritor da CGA.* Ou seja, era da responsabilidade dos serviços, junto desses trabalhadores, garantir essas suas condições, mas não. Aqui, foram os trabalhadores, logo a seguir à saída dessa circular, que foram junto do organismo pedir essa reinscrição. Portanto, não é culpa dos trabalhadores, nem muito menos da Caixa Geral de Aposentações, dando um prazo e que devia ser de imediato. Não o fizeram, a responsabilidade não é da Caixa Geral de Aposentações, nem é dos trabalhadores. E, portanto, há que assacar essa responsabilidade e que, como disse, espero sejam resolvidas essas situações. -----

----- Ora, bem, quanto ao hospital, toda a gente comunga disto, não é só o Hospital de Amarante, nem o Hospital de Penafiel, são os hospitais de todo o país, que, por força de uma negociação que está a ser encetada com os médicos, que se recusaram a fazer mais horas extras do que aquelas que estão disponíveis. Ou seja, o Serviço Nacional de Saúde não tinha asseguradas as necessidades de médicos nas urgências. E, volto a dizer, é nas urgências, porque depois confundimos isto tudo e até parece que a saúde está caótica, afinal. Mas não, é nas urgências. Portanto, por essa via, ainda não conseguiram garantir todos os serviços, em todas as horas, em todos os sítios. O senhor CEO do Serviço Nacional de Saúde fez aquilo que lhe competia, que era tentar reorganizar os serviços, para dar respostas às pessoas, em primeiro lugar. Se me perguntam se está tudo bem, não está. Mas, quem defende

mesmo o Serviço Nacional de Saúde é, efetivamente, o governo do PS. Porque esteve até ao fim na negociação com os médicos. Com esse trabalho, o Sindicato Independente dos Médicos já aceitou parte da negociação. Estamos a falar que quando um governo negocia para toda a administração pública, subindo aos médicos uma determinada percentagem no seu salário, teria também de o acautelar nos outros profissionais, senão, no dia seguinte, seriam as escolas a fechar, as finanças a fechar e por aí fora. Também é natural, como nós sabemos, as maiorias absolutas promovem maior pressão das classes sociais para a negociação que é devida, e bem. É assim que funciona a democracia. Que eu saiba, não morreu ninguém por estar nas urgências. E um deputado que vem a esta casa e diz "tirem-me dos hospitais públicos", quer dizer mesmo isso, que é fechar o Serviço Nacional de Saúde. Eu sei que é a agenda de um determinado partido, mas como nós, nesta casa, estamos a defender Amarante - não sei se sabe os números, mas em Amarante, por acaso, os médicos não faltaram nas urgências - tivemos sempre as respostas que já havia. Também devo dizer que são mais do que aquelas que estavam previstas no primeiro contrato-programa. Se calhar, estava mal e por isso é que temos que o redesenhar. E disse bem, é preciso fazer mudanças e a primeira mudança é vermos como corre a organização dos cuidados de saúde primários, com a constituição das ULS. E diz-me o senhor deputado "ainda não está definido e já estão a nomear pessoas?" Olhe, eu ainda não vi nenhuma nomeação. Eu vi notícias num jornal, que é uma coisa diferente de uma nomeação ou de um concurso. É uma coisa diferente. Não sei se vai mudar ou não vai mudar os conselhos de administração. Não faço a minha análise política por notícias de jornal, mas por realidades, como aquela realidade que saiu numa circular normativa da Caixa Geral de Aposentações. E, portanto, nós comungamos da necessidade de dar mais força ao SNS, de dar melhores condições ao SNS. Até agora, a negociação ainda está no adro. Era só o

que tinha a dizer.”-----

----- **A senhora deputada Zita Pereira, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- “O tema que trago cá é o PISA, que é uma avaliação internacional, um assunto nacional e também deve ser um assunto municipal, que justifica a preocupação sobre o estado atual da aprendizagem nas escolas. É importante e os seus resultados devem ser analisados e refletidos.-----

----- O PISA 2022 é uma queda sem precedentes. São os piores resultados desde 2006, reveladores de erros políticos que interferem com todos os alunos, com a agravante de ainda se verificar alunos que continuam sem professor. O desempenho dos alunos de 15 anos de idade caiu acentuadamente, comparativamente com a edição anterior, de 2018. Caiu nas três áreas de literacia avaliadas, leitura, matemática e ciência, e caiu com particular gravidade em matemática, menos 20 pontos, e leitura, menos 15 pontos. Este retrocesso apresenta os piores resultados desde 2006. A história de sucesso na educação, devido à extraordinária melhoria dos alunos portugueses nas avaliações internacionais, na edição de 2015, de nada serviu, porque os resultados de 2022 devolve Portugal aos níveis de desempenho referentes aos períodos de 2006 e 2007, retrocedendo o caminho positivo percorrido. E, repare-se, que a queda dos resultados iniciou-se antes da pandemia, depois de 2015, manifestado em 2018 e foi acentuado em 2022, com a pandemia. E, tal como lembra a OCDE, estes dois movimentos de descida são causados por opções de política pública e outro provocado no contexto de pandemia. A pandemia não explica tudo e, afinal, nem tudo estava bem e nem tudo ficou bem. Levados a crer que o milagre educativo, que não existe, não se pode corrigir erros quando não se reconhece que os mesmos existem. O prejuízo é de todos, em que o programa de recuperação de aprendizagem que o Ministério da Educação lançou, tem-se provado insuficiente.

Basta ler a arrasadora auditoria do Tribunal de Contas. O sistema educativo tem de recuperar e está agravado pela escassez de professores. E os silêncios e as omissões prejudicam a democracia e deixo aqui uma preocupação: como é que saímos daqui no nosso sistema de educativo?" -----

----- **O senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- "Eu queria dizer que os problemas da saúde não acontecem só nas urgências, senhor deputado. São os tempos de espera, cirurgias, consultas e cerca de 1,7 milhões de pessoas sem médico de família. O senhor tente marcar uma consulta no centro de saúde e vai ver para quando a marcam. Se tiver um problema urgente, espero que não, que exija uma cirurgia, vai ver quando é que a marcam. Conhece com certeza muita gente que, infelizmente, vai ficando pior e tem de ir fazer a cirurgia no privado, é esta a realidade. Portanto, eu não estou aqui a falar de nenhuma realidade paralela. Infelizmente, toda a gente conhece casos destes. E depois o Hospital de Amarante já está mal, há muitos anos, não tem nada a ver com o agora. Não nos pode branquear a situação ao dizer que agora não tem problema de falta de médicos nas valências que possui. E depois eu acho absolutamente incrível e inacreditável que é pôr o ónus desta questão em cima dos médicos. Senhor deputado, isso não se faz. Depois do que os médicos fizeram, depois do que eles ajudaram este país, durante a pandemia, não se faz, o colocar o ónus nos médicos. Os médicos têm direito a trabalhar apenas as horas que são exigidas e o senhor quer resolver o problema do Serviço Nacional de Saúde com os médicos a trabalharem as horas que for preciso? Desculpe lá, isso é escravatura, já não estamos nesse tempo. Estiveram dezoito meses a negociar, para resolver este assunto, logo agora. Mas também não há problema, eu também já ouvi o Senhor Ministro da Saúde a dizer que agora - principalmente se vencer um dos candidatos para suceder a António

Costa – vai-se resolver o problema dos médicos. O tempo de congelamento dos professores vai ser descongelado; o IUC já não sobe; isto agora vai ser um mar de rosas. Portanto, o senhor já devia ter defendido isto aqui, antes, não agora, que tudo se vai resolver, afinal. Disse que só viu no jornal a notícia sobre a demissão dos administradores hospitalares, eu digo-lhe que vi uma publicação do senhor Presidente do Conselho de Administração do CHTS, nas redes sociais. Foi o próprio que publicou isso, não percebo qual é a dúvida do senhor deputado. Mas, o que eu realmente espero, é que a situação da saúde melhore. Espero que venha um governo que consiga resolver esta situação e, se for o que eu espero, tenho a certeza que vai ser resolvido. E também espero, sobretudo em Amarante, é que o nosso hospital, de uma vez por todas, seja devidamente valorizado.” -----

----- **O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Relativamente à intervenção do senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Figueiró (Santiago e Santa Cristina), Daniel Pinheiro, registo a reclamação que acabou de fazer e, obviamente, que irei tentar perceber na lei o que é isto. Não lhe sei responder, mas irei tentar perceber o que se passa. Como diz, e bem, a Câmara e a Assembleia Municipal devem estar vigilantes, pelo que tentaremos perceber. Logo que tenha alguma informação, partilharei. -----

----- Quanto à intervenção do senhor deputado Cândido Zoio, vamos por partes. Digo-lhe que também o acompanhamento nos parabéns às escolas que viram os CET's aprovados, o que é muito positivo e vem reforçar a oferta formativa dos jovens de Amarante e não só. O futuro fica acautelado em termos de especialização em áreas como a informática, energias renováveis e industrial. É importante para o concelho e pode ajudar a desenvolver a economia local, sabendo que temos de continuar a atrair as empresas que invistam no concelho. Também é positivo para que os jovens

se sintam felizes, laborando no seu território. -----

----- Relativamente às inscrições de trabalhadores na Caixa Geral de Aposentações, apenas dizer-lhe que a Câmara Municipal efetuou as mesmas, logo que tomou conhecimento da referida circular. Já agora, digo-lhe que não mencionava qualquer prazo. Aliás, irei solicitar aos serviços que façam uma resenha do tudo o que consta desse processo, para vos dar conhecimento. A Câmara Municipal cumpriu naquilo que é a sua competência, efetuando a inscrição na CGA, sendo que, até à data, ainda não obtive qualquer resposta. Fui informado pela responsável dos recursos humanos, Dr.ª Carla Afonso, que a autarquia continua a transferir as verbas dos respetivos descontos para a Segurança Social, enquanto a CGA não responder. Foi-me dado nota que algumas câmaras municipais deixaram de transferir as verbas para a Segurança Social, estando a retê-las até que o assunto seja esclarecido. A autarquia tem bons técnicos, nos quais confio, pelo que estava a estranhar que pudesse ter havido este deslize. -----

----- Sobre a questão do edifício em ruínas, lembro que, no primeiro mandato, por via de uma auditoria, obrigamos ao reforço da fachada, porque, na altura, sim, punha em perigo as pessoas. Entretanto, foram realizadas fiscalizações, tendo sido feito um ajustamento, e, neste momento, de acordo com o parecer dos técnicos, não está em perigo. -----

----- Relativamente à questão da educação e ao relatório PISA, que referiu a senhora deputada Zita Pereira, lamentamos todos que a educação em Portugal esteja neste patamar. Não nos orgulhamos disso e espero bem que haja uma reflexão sobre o assunto para tentar perceber as políticas que todos fazemos por aqui. Não vou dizer que é só da responsabilidade do Senhor Ministro da Educação, somos todos, inclusive os professores, que são os primeiros responsáveis por encontrar instrumentos para motivar os alunos. Também estamos com excesso de greves, o

que não ajuda a nada nem a ninguém, mas, enfim, isso fica com a sua consciência de cada um. Por isso, espero bem que haja uma mudança de mentalidades. Não estou a dizer que as pessoas não devem reclamar, acho que sim, mas também não exageremos. -----

----- No que respeita ao tema da saúde, senhor deputado, não sei que lhe diga. E deixe-me dizer-lhe, de coração, que fico triste pela sua intervenção. Fico mesmo triste com a sua intervenção, porque o senhor, como todos e todas, nesta sala, aliás, todos os amarantinos – e mesmo para além do concelho, toda a região -, deve exigir um hospital em Amarante a funcionar. E não funciona, senhor deputado. Não vou dizer que o atual Ministro da Saúde é o culpado. Não é nada, até porque ele herdou o caos. A saúde está um caos. O senhor diz que não morre gente? Não sei, mas isso é o que o senhor diz. O senhor não é da área da saúde, não sabe. Está o caos instalado. Fale com quem quiser, toda a gente sabe disso. A situação particular de Amarante, eu já o disse, aqui, nesta sala, ao Senhor Ministro da Saúde, e também pedi aos senhores vereadores da oposição, que me acompanhassem, na reunião que tive, em que comecei por dizer que esta não é uma matéria político-partidária, é uma matéria de saúde e interessa a todos. E o Hospital de Amarante é um vazio. Eu contei ao Senhor Ministro algumas peripécias. Eu disse isso ao Senhor Ministro, que era preciso uma solução. Eu não vou contar a história. Porque o senhor, com as responsabilidades políticas que tem, tem a obrigação e o dever de pugnar por um melhor hospital, em Amarante. O senhor não pode dizer o que disse aqui, que o mesmo tem mais valências do que foi contratado com o Estado. O senhor está a brincar comigo? Ainda agora via o comunicado que o Dr. Carlos Alberto fez antes da sua saída, na penúltima vez que eu estive com ele, estávamos a falar sobre o número de funcionários, há um ano atrás tínhamos mais médicos do que funcionários, no Hospital de Amarante. E o senhor diz aqui que agora tem mais valências? Não tem

nada! Mas, meus senhores, o que eu estou a dizer - e isto não é uma arma de arremesso ao Partido Socialista, até porque isso começou antes, e o PSD esteve antes e eu também fui crítico - sempre fui crítico, porque a primeira coisa que devemos fazer é defendermos o nosso território, as nossas instituições e os nossos equipamentos. Senhor deputado, eu estou-me a dirigir a si, peço desculpa, mas o senhor fez aquela intervenção. E o senhor tem, tal como eu, o dever de defender o Hospital de Amarante. E eu estou à vontade, aliás, aqui, nesta mesa, ainda na oposição, eu criticava o modelo que estava a ser seguido. Isto é um erro, não é de agora, é de há muito tempo atrás, quando alguém se lembrou de fazer o hospital com este modelo. Não quer dizer que não possa funcionar. Eu o desafio-os a ver o modelo do Centro Hospitalar de Gaia, onde tem a mesma situação que o CHTS, com um hospital de ambulatório em Espinho. E sabe quanto ambulatório é feito em Espinho? 100%, senhor deputado. Agora imagine que, em Amarante, era feito 100% de ambulatório. Ganhava toda a gente, não só Amarante, ganhava a região, ganhavam os doentes, ganhavam os médicos, ganhavam os profissionais, ganhava toda a gente. O senhor desculpe, mas não volte a dizer que estamos melhor. Eu não quero publicamente falar disso, falo aqui e não quero sinceramente falar disto noutra fórum, porque acho que é demasiado grave e nós temos que resolver isto politicamente e não partidariamente. Isto é política do território. -----
----- Fale com os senhores vereadores, pelo menos alguns sabem. Peço-lhes a todos, que defendam a causa do hospital, que é uma causa de todos nós. Espero que o governo que vier, de uma vez por todas, tenha consciência. Deixe-me dizer, que agora há um novo Conselho de Administração. Eu espero que este Conselho de Administração seja de uma equipa coesa e responsável e que se deem bem. Temos um hospital que está num caos, com belíssimos profissionais, mas está um caos, por falta de coragem política, porque não tinha que estar. Claro que houve um mau

dimensionamento, na altura, quando foi feito o Hospital Padre Américo, foi feito para 300.000 habitantes, mas, neste momento abrange 580.000, quase o dobro. Houve aqui um erro, mas o hospital de Amarante respondia aos cerca de 200.000 que ficavam em falta.” -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **Inscreveram-se para usar da palavra:** -----

----- **O Senhor Ercílio Silva proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Gostaria de expressar as minhas considerações acerca da criação da Unidade Local de Saúde do Vale do Sousa, no novo ano de 2024. Abordo este tema, com profundo respeito pela iniciativa de estabelecer unidades locais de saúde, reconhecendo a sua importância ao analisar os dados das ULS já existentes, os quais evidenciam melhorias significativas na prestação de cuidados de saúde às populações. -----

----- Ao celebrarmos o décimo aniversário da retirada do socialismo do comando da Câmara Municipal de Amarante, simultaneamente, comemoramos o mesmo período desde a inauguração do novo Hospital de São Gonçalo, onde foi investido um montante significativo de 30.000.000€, levanta-se agora a oportunidade de refletir sobre as medidas para aprimorar a resposta do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa às necessidades da nossa população. -----

----- Neste contexto de criação das ULS, é pertinente considerar o problema crónico da falta de resposta em tempo útil por parte do Centro Hospitalar Tâmega e Sousa. Seria meritório considerar a expansão das valências do Hospital de São Gonçalo, oferecendo aos amarantinos perspectivas auspiciosas. -----

----- Indo mais além, poder-se-ia contemplar a criação da ULS do Tâmega, integrando o ACES Tâmega I e o Hospital de São Gonçalo e, assim, segundo o último Censos, retirava-se cerca de 165.000 pessoas potenciais do Hospital de Penafiel

diretamente para o Hospital de Amarante. Essa medida não apenas reduziria a área de intervenção de quase 1900 km², que, admitamos, não é muito local, para pouco mais que metade. Na minha modesta opinião, seria mais significativo do que a mera recuperação do antigo letreiro do hospital. Trata-se de recuperar a notoriedade que o hospital teve e que merece ser restaurada.-----

----- Assim, peço-lhe, Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, que questione o executivo municipal de quais as diligências que realizou, se é que realizou alguma, para a possível criação da ULS do Tâmega e qual a estratégia que tem delineada para enfrentar os problemas de acesso de saúde em tempo útil de todos os amarantinos, tanto a nível de cuidados de saúde primários como na dotação do Hospital de São Gonçalo de mais valências. -----

----- Agradeço a atenção de todos para estas considerações, na esperança que possamos, todos juntos, construir um sistema de saúde mais eficiente e abrangente para os cidadãos de Amarante.” -----

----- **O Senhor António Adelino proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Queria dar os parabéns à Câmara, por se ter associado ao centenário de nascimento de Dom Manuel Vieira Pinto. Não tive o prazer de o conhecer, embora saiba traços biográficos dele. Acontece que, na altura da Constituição, que depois veio a chamar-se Tratado de Lisboa, havia muita gente que queria que no preâmbulo da Constituição ou o Tratado de Lisboa fosse feita referência a Deus. Eu assisti a uma conferência, na Universidade Católica, e, embora seja crente, confesso, não sou ateu nem sou agnóstico, sou crente, mas o fazer ou não referência a Deus no Tratado, para mim, é indiferente. Então socorri-me de uma citação dele, num diálogo que teve com o antigo Presidente da República de Moçambique, Samora Machel, este dizia-lhe: *porque é que você, que é bispo, quando vem falar comigo, nunca me fala de Deus e da religião, mas do povo, da defesa dos seus direitos e da sua dignidade?! E*

Dom Manuel respondeu que um Deus que precisasse da sua defesa, seria um Deus que não era dele. Deus não precisa que o defenda, o homem sim. Por isso, alguns beatos queriam, à fim da força, que Deus fizesse parte do preâmbulo da Constituição. E eu repito, sou crente, mas, para mim, era indiferente, referir-se ou não a Ele. ----

----- Outra questão, Senhor Presidente, aquele caso do Bairro Carvalho de Lima, que eu penso que já foi no primeiro mandato, o que quer dizer que, no mínimo, há sete anos, aquilo continua. É um alçapão. Por acaso, agora, quando vinha para a Assembleia, passei lá e confirmei que nem aquelas tiras de plástico a sinalizar tem. Para os moradores, que já conhecem, enfim, mas os estranhos, arriscam. É uma questão de segurança das pessoas. -----

----- Também, Senhor Presidente, o senhor, na altura, falou que os herdeiros estão em partilhas, mas eu lembro que, na época de incêndios, se os proprietários não limparem os terrenos à volta de suas casas, a Câmara Municipal ou uma instituição qualquer, faz o trabalho e depois apresenta a conta. Ora, aquilo arrasta-se, no mínimo, há 7 anos, e não se resolve. -----

----- Outra questão que eu queria perguntar ao Senhor Presidente e que foi levantada até por um funcionário da Pousada do Marão, o proprietário recebeu subsídios e agora acha que não tem responsabilidade e despediu-o. O senhor sabe ou tem novidades para dar à Assembleia? -----

----- Um outro assunto, Senhor Presidente, é o caso do Bairro Cancela de Abreu - e eu pedia-lhe que me corrigisse, se estiver errado. Tenho falado com moradores e eles dizem que à volta de 20 casas estão vazias. A gente sabe, é como aquele slogan: *gente sem casa e casa sem gente*. E eles falam que a Câmara quer uma espécie de casas geminadas, com casas contíguas. Hoje em dia, com os agregados familiares pequenos e sendo aquele um bairro social e eles dizem que vão alargar. Ora, uma casa com não sei quantas assoalhadas, sendo os agregados diminutos, dizem que

depois as rendas vão subir exponencialmente. -----

----- Só tenho mais uma questão, Senhor Presidente, vi aqui num jornal que a bicicleta é uma arma para a transição energética. E então falava que há um estudo que diz que o carro significa um prejuízo de 38 cêntimos por quilómetro para a cidade; os autocarros, 29 cêntimos de prejuízo por quilómetro; e a bicicleta um benefício de 68 cêntimos. A Câmara tem uma quota parte nesse imposto? Em jeito de brincadeira, será que eu posso apresentar a fatura à Câmara?" -----

----- **O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- "Relativamente à intervenção do Senhor Ercílio Silva, duas notas: A primeira é que corroboro aquilo que acabou de dizer. Acho que esta ULS, a maior ULS do país, vai ser um desastre. Aliás, já o disse ao Senhor Ministro, não falo aos jornais. Falo nos órgãos competentes, falo na ARS, falo com o Senhor Secretário de Estado ou falo com o Senhor Ministro. E neste caso, eu pedi para que esta ULS não fosse feita. Pedi na CIM-TS e votei como vencido, porque o Sousa tem mais poder que o Tâmega, pelo que não temos tido grande sucesso. Mas, para mim, é um perfeito disparate. Aliás, se falarem com qualquer médico ou responsável do ACES, vão dizer-vos isso. Estamos a falar de dois mil quilómetros quadrados de território, envolvendo também Paredes. É um terror e com uma única estrutura para isto tudo, para quinhentas e oitenta mil pessoas. Sai Celorico de Basto, que passou para a ULS de Guimarães, e fica Paredes. Eu temo que o funcionamento dos centros de saúde, tal como está, possa estar em causa. Portanto, concordo consigo e espero que, pelo menos, haja a capacidade de, se perceberem que é um erro, deem a mão à palmatória e voltem atrás. Desde o início, nunca me convenci que a solução da ULS do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa fosse boa para nós. Este é um modelo copiado de Espanha. A dada altura, foi uma comitiva a Espanha. Mas há duas realidades completamente

diferentes. A de Espanha tem as regiões, em que cada uma define as suas políticas e, na área de saúde, como em outras áreas, têm uma política de coesão territorial. Têm um hospital central e têm os hospitais satélites, que drenam, funcionalmente, para o primeiro. Isto foi em 2005, e, nessa altura, aquele país tinha 22 faculdades a formar médicos, quando Portugal tinha duas. Por conseguinte, havia escassez de médicos. Eu referi sempre isto, estive sempre sozinho, mas nunca perdi a coerência, porque sempre acreditei no que estava a dizer. E sempre desconfiei da solução que estavam a pensar, como o disse publicamente. Na altura, defendia um hospital de proximidade, ou seja, manter as especialidades básicas, como a medicina interna, cirurgia, ortopedia e pediatria. Já dava de barato a obstetrícia, apesar de achar injusto, porque Amarante tinha mais partos que Vila Real, por exemplo, mas que tinha acabado de fazer uma maternidade nova e é uma capital de distrito. Mas pedi que mantivesse aquelas especialidades, que respondiam de forma pronta àquilo que são 80 ou 90 % dos problemas que temos. Também podíamos vocacionar para ambulatório e deixar a programada para o hospital central. E manter a urgência básica assistida, com clínicos gerais, estando nas especialidades, podiam acudir à urgência para dar assistência. Poupava-se dinheiro e garantia-se a qualidade do serviço de saúde para a nossa região. Também defendia a ULS, mas com base na experiência de Matosinhos, com uma gestão integrada, abrangendo 160.000 habitantes. Mas foram buscar o modelo espanhol. Então, pedi que, pelo menos, cumprissem o acordo assinado, que nunca fora cumprido, mas não quiseram. Pedi que criassem uma ULS do Tâmega, onde o Hospital de Amarante, com a área de influência que tinha, criava autonomia, mas também não quiseram, o que é pena. Pedi que criassem o ambulatório, ficando a programada no CHTS, também não quiseram. Em termos políticos, não tenho qualquer problema de ordem ideológica. Então, apresentei outra sugestão, que fizessem uma parceria público-privada. O

governo estava representado, o privado tinha capacidade de gestão, e começava a funcionar. E, veja-se, tenho amigos socialistas que concordavam com esta ideia. Aliás, as parcerias público-privadas acabaram, não pelo Partido Socialista, mas pela pressão dos parceiros, mais à esquerda, da "geringonça".-----

E não me vou alongar mais, acho que temos de tentar que este Hospital possa ter um fim diferente, com o vosso apoio, com o apoio de todos e não estar a dizer que agora está bem, porque senão estamos a bater em nós próprios.-----

----- Quanto à intervenção do senhor António Adelino, confirmo que estivemos na homenagem ao Dom Manuel Vieira Pinto, no centenário do seu nascimento. Foi um grande homem, um grande amarantino, que deve ser recordado, e o senhor tem falado diversas vezes nele, aqui. Marcou a diferença, quando foi, em 1967, enviado para Nampula, Moçambique, por ser opositor ao regime, onde fez uma grande obra, tratando todos por igual, independentemente da cor da tez, do estrato social, do género ou outra. Amarante sempre teve grandes homens e mulheres, em diversas áreas, na enfermagem, na medicina, na cultura, na política, enfim, em muitas outras.

----- Relativamente ao Bairro Cancela de Abreu, vai arrancar, as habitações estão vazias, e, no âmbito da Estratégia Local de Habitação, vamos juntar outras, porque são exíguas e queremos dar-lhes mais dignidade, pois temos o dever de dar melhores condições às pessoas." -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- O senhor presidente da Assembleia Municipal fez a leitura em voz alta da ordem do dia, passando-se de imediato à sua apreciação.-----

1. Relatório de atividades e situação financeira do Município - Para conhecimento; -----

----- Inscreveram-se para usar da palavra os senhores: -----

----- **O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS,**

proferiu a seguinte intervenção:-----

-----"Venho aqui dar só duas ou três notas acerca do relatório de atividades, porque na leitura exaustiva que eu costumo fazer e que o Senhor Presidente bem reconhece, verifiquei, na página 15, que deve haver um lapso na redação - e era bom, que no futuro houvesse essas correções, porque nos podem induzir em erro e que são correções mínimas. Na bilheteira do Cine-Teatro, verificamos que estiveram no mesmo concerto, ou seja, em dois concertos do mesmo artista, num deles estiveram 378 pessoas e no outro 381, e o valor da receita é o mesmo em ambos. O que se presume é que dividindo os bilhetes que foram vendidos, porque partimos do princípio de que os bilhetes foram vendidos, e que seriam 378 e 381, não bate certo também. Portanto, de futuro, ou não se põe, como faz a InvestAmarante, e acaba o assunto, não há discussão, ou, pondo, convém verificar se os números estão certos. Mas, é um tema paralelo, que não é interessante, mas que dá estas análises que são interessantes.-----

----- Um outro tema a abordar, é o que consta da página 43 e seguintes. Como sabemos, as estradas municipais necessitam de uma intervenção urgente, atendendo ao seu estado. Relativamente ao pavimento, via de circulação, bem como a sinalização vertical, marcação rodoviária, sistemas de retenção, semáforos e iluminação pública rodoviária, colocam em perigo a circulação dos veículos e dos cidadãos apeados, bem como o dano para os veículos automóveis. É certo que soube agora que a saúde estava um caos, mas as estradas em Amarante é um caos muito semelhante, ou ainda pior. E como vemos, são apenas pequenas intervenções que são feitas. Se formos a analisar o relatório, as obras inscritas neste relatório ficam muito aquém das necessidades que são visíveis aos olhos de todos. Pelo que o Município de Amarante deveria assumir um levantamento de todas as necessidades das estradas municipais, através de um relatório técnico elaborado com base numa

inspeção mecânica aos pavimentos, ao nível da aderência, promovendo as necessárias intervenções de reabilitação, manutenção e segurança, de acordo com uma estratégia e priorização suportada em fundamentos de urgência, bem como na base da qualidade dos níveis de circulação verificadas, por forma a garantir um concelho muito mais seguro. Também não estamos a dizer com isto que, num ano, vamos fazer tudo. Mas era bom começar por algum lado, não é fazer hoje uma análise a uma estrada e depois, muitas vezes, andar a pôr o betuminoso quando está a chover, por exemplo. Portanto, temos que ter algum critério para fazer isso. -----

----- E também vemos na página 87 e seguintes, quando falamos da proteção civil, das atividades relativas à proteção civil, as situações das derrocadas e dos estragos provocadas pelos fenómenos meteorológicos, que poderão ser mitigadas caso a Câmara disponibilize os meios, as máquinas e os tratores às juntas de freguesia, durante todo o ano, para intervenções de prevenção de aluimentos e de inundação. Ou então, se não for suficiente, porque ou é o trator que está avariado ou é o motorista que está doente e, portanto, como não há essa capacidade, fossem até adjudicados a empresas externas pelas próprias juntas, mas que a Câmara, atendendo aos poucos recursos financeiros das juntas de freguesia, também assumisse essa despesa. Em outubro, foi o mau tempo provocado pela *depressão Aline*, onde ficou a nu essa gritante falta de apoio da Câmara às juntas de freguesia. Porque não responder às solicitações, ao longo do ano, para substituir essas condutas e as vias com os equipamentos necessários? Aliás, esse foi um dos compromissos assumidos na delegação de competências. Não fez esse trabalho na emergência, pelo que não conseguiu responder eficazmente, como era lógico, porque eram de todos os lados a acontecer essas situações. Portanto, seria importantíssimo que a Câmara Municipal disponibilizasse esses equipamentos fundamentais de prevenção e o apoio necessário às juntas para que elas fizessem esse trabalho. Têm feito esse

levantamento, têm feito esse trabalho, só que depois, do lado de lá, não há essa correspondência e nem sempre as juntas têm essa possibilidade financeira.”-----

----- **O senhor deputado Carlos Carvalho, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “O que me traz cá é o relatório de atividades. Mas é também o facto de nós, há 10 anos atrás, termos passado a fazer um relatório de atividades diferente. -----

----- Num concelho que tem mais de mil quilómetros de estradas, podemos assumir que quando terminamos de reparar aquela estrada que identificamos, que precisava de uma correção ou outra, por onde começamos, já vai voltar a precisar de correção. Mas não nos podemos esquecer que, há 10 anos, quando aqui entramos, fizemos, por exemplo, uma obra que era a ligação de Vila Chã a Olo, que era em terra batida. Não nos podemos esquecer que, nestes relatórios de atividades que temos vindo a observar, durante estes 10 anos, Amarante passou a ter concretizados os projetos que estavam na gaveta. Ou, então, passou a concretizar outros que, com a força do trabalho e do planeamento que foi sendo executado por os executivos municipais que, desde 2013, governam o nosso concelho, souberam usufruir, e bem, dos fundos comunitários, para alavancar os investimentos que vamos fazendo. E os valores e os frutos disso estão à vista, num concelho que, hoje, atrai mais empresas, atrai mais pessoas; num concelho que está melhor para viver, que está mais completo e que, apesar de tudo, foi perdendo, infelizmente, a capacidade política de alguns. Porque, apesar de o relatório de atividades estar muito mais completo, com aquilo que se vai fazendo, aqueles que têm a missão, não de estar a fazer mas de fiscalizar ou propor outras ideias alternativas, dedicam-se a contar bilhetes ou cadeiras. E é isto que vamos tendo. Satisfaçam-se os amarantinos porque, pelo menos, sabem que o que tem acontecido de mudança, com este novo projeto político para a nossa terra, que tem vindo a ser implementado, ao longo destes 10 anos, tem

a consequência de uma Amarante melhor, que, apesar das circunstâncias que muitas vezes o país vai passando, consegue sobressair no território. Que, durante estes 10 anos, se voltou para o rio, quando durante muitos anos lhe voltava as costas. Que, durante estes 10 anos, concluiu, por exemplo, obras que executivos anteriores não tiveram capacidade de fazer e que deixavam, por exemplo, as nossas forças da autoridade muito mal instaladas. E que, durante estes 10 anos, por exemplo, imagine-se, reconverteu e fez estradas como, por exemplo, no segundo polo urbano mais importante do nosso concelho, em Vila Meã. Mas nós não ligamos a estradas! Imagine-se, pavimentou-se o acesso a Vila Meã. Imagine-se, fizeram-se obras de proximidade em todas as freguesias deste concelho, como nunca se faziam. Imagine-se, até vamos aprovar, hoje, ainda bem e pela força do trabalho dos que querem trabalhar, um orçamento municipal que volta a apostar nas obras de proximidade e que dá valor àquilo que é a atenção pelo cidadão. E, portanto, enquanto uns se dedicam à demagogia política, a contar cadeiras ou bilhetes, tem havido executivos municipais, durante estes últimos 10 anos, mais preocupados em fazer, em preencher relatórios com atividades a sério, em atrair e em considerar que nós merecemos um concelho melhor, como é o que temos vindo a fazer.”-----

----- **O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Relativamente à questão dos bilhetes, julgo que estará bem. Apesar de a lotação ser diferente, pode ter acontecido que uma ou outra pessoa não estivesse obrigada a pagar o bilhete, ou outro motivo. Mas isso não me parece importante, mas sim o facto de ter estado a casa cheia, num espaço que nos deve orgulhar a todos.-- -----

----- A questão das estradas, julgo que o senhor deputado Carlos Carvalho acabou por dizer o que tem sido a nossa ação com as estradas. Por norma, gosto de estar

com os pés bem assentes no chão e sei quanto custa o dinheiro, que é cada vez mais caro, como sabem. Todos queremos que os mil quilómetros de estradas estivessem todos requalificados e eu, enquanto Presidente da Câmara, adoraria fazê-lo. Mas sei que não o conseguirei fazer, como sei que, a seguir a mim, dificilmente alguém terá capacidade para o fazer. Concordo que tem de haver um esforço para melhorar alguns itinerários mais importantes, elencando algumas prioridades mais importantes, que já o fazemos, deixe-me dizer-lhe. Não precisamos de contratar nenhuma equipa técnica para as monitorizar, porque já temos cá quem o faça e também os senhores e as senhoras presidentes de junta já o fazem.”-----

----- **O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- “Eu acho que temos aqui um problema de surdez seletiva, porque o que eu disse é que sei que não se consegue fazer tudo de uma vez só, mas que era importante priorizar algumas coisas. E eu convidava-os a fazemos uma viagem pelo território e, por exemplo, ir a Vila Caiz ou, por exemplo, do Modelo até Santa Luzia, e víamos o problema que têm. E se disserem que, neste momento, não existe capacidade financeira para isso, até viram aqui aprovado um empréstimo para fazer isso. Portanto, não é o Partido Socialista que vai negar isso e que tem que se fazer isso. Agora, há obras que são mesmo urgentes e a *depressão Aline* ainda veio dar mais dimensão a este problema, porque as estradas ficaram mesmo caóticas. No centro da cidade, eu tenho que me desviar de buracos, mesmo na entrada. Por isso, tem de se fazer essa priorização, se não se fizer essa priorização e se não se avançar com essas obras, enfim, não vamos dizer que está tudo bem.” -----

----- O presente assunto foi presente a reunião, somente para conhecimento, não havendo lugar a deliberação. -----

2. Reprogramação das Grandes Opções do Plano 2023 - (Registo n.º

10503/2023/12/04).-----

----- Não se registaram inscrições para usar da palavra. -----

----- A Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e nos artigos 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, deliberou autorizar a reprogramação das Grandes Opções do Plano para 2023 e a repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual, conforme proposta da Câmara Municipal. -----

----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 47 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 47 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

3. Transportes Públicos - Reduções Tarifárias 2024 - (Registo n.º

10504/2023/12/04).-----

----- Inscreveram-se para usar da palavra: -----

----- **O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- "Quero fazer um ponto prévio na discussão deste ponto, dizendo que nós acompanhamos a estratégia apontada nesta proposta de redução e isenção tarifária para transportes coletivos. Sendo que carece de um verdadeiro plano para evitar a utilização de veículos particulares e, desta forma, privilegiar a descarbonização. Aliás, devo dizer que foi por aquele malfadado governo, da tal geringonça, que se começou a questão do PART, da partilha dos transportes e, portanto, hoje uma pessoa pode viajar com preços acessíveis e é bom que isso aconteça. Entendemos que, numa estratégia de descarbonização, com a aposta do uso dos transportes coletivos,

teríamos de alargar a isenção também aos passes de crianças e jovens, para os motivar na sua utilização, principalmente por isso, até porque o valor que vimos na proposta é relativamente baixo e, portanto, por esse motivo, nós vamos abster-nos neste ponto.”-----

----- **O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Nós temos uma política de transportes bastante ambiciosa. Só para terem uma ideia, os passes escolares são gratuitos; depois temos o passe urbano que custa 15 € por mês tem um desconto considerável; temos cerca de oitocentas pessoas, portadoras do passe sénior, a andar todos os meses, gratuitamente; cerca de 1500 pessoas por mês, a circular na linha que liga o Terminal até à Estação ferroviária de Vila Meã, sendo uma grande parte destas gratuitas. Ou seja, estamos a alcançar registos notáveis e temos vindo a consolidar a nossa política de transportes. Claro que isto traz um problema de equilíbrio orçamental; neste momento temos um problema – e quando diz, e muito bem, que o governo atribui verbas, no âmbito do PART -, uma parcela, na ordem dos 11 ou 12%, devia vir para Amarante, enquanto autoridade de transportes, mas não tem vindo, devido a um diferendo com a CIM-TS. Enfim, a CIM-TS tem o poder de definir aquilo que quer, mas Amarante está a ser prejudicada. Amarante, em termos quantitativos, ronda os 10 % do total de quilómetros percorridos, mais de 850.000 Km, sendo o total da CIM, de 9.000.000 Km. Isto quer dizer que o governo, ao abrigo do PART, transferiu para a CIM-TS em 2022 cerca de 3,7M€, pelo que devíamos ter direito a cerca de 370.000 €. Mas, imagine-se, recebemos cerca de 36 .000€, ou seja, 1%. Isto não é certo. Em 2023 não recebemos nada. É isto que está a acontecer. Já tivemos uma reunião com o senhor Ministro, dizendo-lhe que o dinheiro devia ser entregue diretamente às autoridades de transporte. Isto porquê? Porque nós temos medidas aprovadas, por

exemplo temos um passe único, que dá para todas as linhas, enquanto a CIM-TS tem um passe para cada linha. Ora, quem define é o Executivo, não tem de ser o senhor Presidente da Câmara de Penafiel, ou de Lousada, ou de Baião a dizer que em Amarante vamos ter estes transportes. Aliás, já o expus veementemente – e isto está nas atas – porque é uma questão de honestidade. Nós definimos a nossa política de transportes, por uma questão de estratégia, na senda do que o senhor deputado acabou de dizer. Temos de ser consequentes. Se queremos ter menos carros, vamos ter de promover políticas adequadas, para minimizar o impacto dos carros a circular na rua. Estou a dizer isto para que compreendam as nossas amarguras, nesta questão da gestão do território, porque até nisto estamos a ser seriamente prejudicados. Por isso, estamos a suportar despesas elevadas, devido a este diferencial, entre o que CIM nos atribui, o que entendemos devido e o que é gasto.”

----- A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea g), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou autorizar que, até à regulamentação que, por via de lei, venha a ser feita ao programa “Incentiva +TP”, e com as devidas adaptações, sejam aplicadas as normas do Regulamento “Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART)”, conforme proposta da Câmara Municipal. ----

----- Esta deliberação foi tomada por 29 votos a favor, 18 abstenções, do Grupo Político Municipal do PS, e 0 votos contra. Encontravam-se presentes 47 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 47 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

4.-Fixação da Taxa da Derrama para 2023 – (Registo n.º 10286/2023/11/27).

----- Inscreveram-se para usar da palavra: -----

----- **O senhor deputado Hugo Peixoto, do Grupo Político Municipal do PS,**

proferiu a seguinte intervenção:-----

----- “Uma vez mais, este executivo municipal apresenta a aplicação da taxa derrama sobre o lucro do tecido empresarial do concelho de Amarante. Os documentos provisionais a que tivemos acesso, estima uma receita que já ronda os 800.000 €, o que já é um valor considerável. Como advém do passado, o Partido Socialista é contra a aplicação desta taxa, tanto mais que não nos é perceptível, pela análise dos documentos e da própria realidade destes anos que têm passado, a aplicabilidade do investimento, quer no tecido empresarial, quer na própria dinamização, como acontece noutros municípios vizinhos. Assim sendo, e seguindo o pressuposto que advém da reunião de Câmara, o Partido Socialista irá votar contra esta proposta.”-----

----- **O senhor deputado Carlos Carvalho, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- “Esta é uma discussão que já tem alguns anos, mas, acima de tudo, também já tem alguns resultados visíveis. Quando nos comparamos com aqueles municípios com quem nos queremos comparar, naquilo que é a atração de investimento e de empresas para os seus territórios, percebemos que não é a questão da derrama que influencia a atratividade de empresas para o território. Aliás, nós temos vindo a atrair para Amarante algumas empresas bem interessantes e a questão da derrama nunca foi um entrave. Ao mesmo tempo e porque os orçamentos não esticam, esta taxa, que não incide sobre todas as empresas - é preciso ver que nem todas as empresas têm de pagar esta derrama, porque estão isentas, de acordo com aquilo que foi definido e tem vindo a ser definido pelo Município - serve para que o Município possa continuar a investir na atratividade para as empresas em Amarante, criando espaços que as empresas possam utilizar para se instalar, assegurando condições para que as empresas possam ter interesse em vir para Amarante e, dessa forma, beneficiar

o território. Continua a ser engraçado que, para umas coisas é "A" e para outras coisas é "B" e o Partido Socialista defende, por exemplo, a criação da taxa turística que atrai turismo, mas não defende a derrama, que pode resultar, e resulta, como estamos a ver, na atratividade de investimento para o território. Portanto, eu acho que não há muito a fazer, é o que temos neste momento. É um Partido Socialista que está teimoso, com uma opção que tomou, há uns anos atrás, de não entender que não era a isenção da derrama que atraía empresas para a Amarante, como se verificava. Basta verificar como estava o Município de Amarante, em termos de atratividade para o território, ao nível de empresas, quando tinha derrama zero e com a derrama que tem agora - que não é a taxa máxima. O Partido Socialista fez uma opção, há já algum tempo. É teimoso, não quer perceber que realmente a política fiscal de atratividade para empresas para Amarante está a dar resultados e prefere continuar a cair no erro. São opções. Felizmente, não são as opções que a maioria tem tomado e, por isso, Amarante está muito melhor neste campo, apesar de ter a taxa da derrama, mas que não influencia aquilo que é a atratividade territorial." -----

----- **O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- "Quero reforçar o que foi dito pelo senhor deputado Carlos Carvalho, até porque considero que isto não tem discussão. Amarante, há mais de quarenta anos, tinha uma indústria transformadora bastante expressiva. Depois, devido a muitas conjunturas, fomos caindo e perdendo muito do que era a nossa capacidade. Entretanto, há toda uma lógica, o tempo foi evoluindo, as empresas para se fixarem têm de ter condições. Para isso, é preciso comprar e infraestruturar terrenos, assegurar fornecimento de alta e média tensão, fornecimento de gás, fibra ótica, água e saneamento. Neste caso, não podemos contar com a Águas do Norte - até

nisso temos azar, temos de ser nós a fazer, como acontece agora em Aboadela, que também somos nós que estamos a fazer. Eles recebem dinheiro e nós fazemos. Se Amarante tivesse infraestruturas, seria um território para atrair dezenas de empresas. Mas não as temos e, por isso, temos de continuar a investir, e muito. Por isso, meus senhores, não vale a pena vivermos na fantasia, ou dizer aos privados que tratem. Não, a infraestruturização cabe-nos a nós fazê-la. Os territórios para serem competitivos devem ter terrenos com essas condições, para atrair as empresas. E é isso que temos feito, as verbas não chegam para o investimento que é necessário fazer. Estamos a avaliar terrenos para duas grandes plataformas, em Vila Meã e próximo da cidade de Amarante. Vila Meã, porque é um dos maiores do Tâmega e Sousa, mas para tal vamos necessitar de milhões. E sol na eira e chuva no naval, não dá. Fica bem a bandeira a dizer que não aplicamos derrama, mas não nos traz nada. Mas, isso em campanha eleitoral também já não colhe. Se fizerem o vosso trabalho de casa, verão que já conseguimos muito retorno. Por exemplo, a Zona Industrial de Aboadela, ainda não está concluída, mas já atraiu muito investimento. Mas foi preciso investir, para atrair as empresas que invistam no território. Nós já temos o IMI na taxa mínima, o que não acontece em Matosinhos, por exemplo. Não tiveram problemas nenhuns em mexer no IMI para corrigir problemas orçamentais. Mas nós não fazemos. As empresas com lucros até 150.000€ não pagam. Em Felgueiras aplicam a derrama, há muitos anos, cuja receita permitiu criar zonas industriais e tem atraído muito investimento. Já agora, vou dizer-vos que, em 1997, apresentei aqui uma proposta, trabalhando com uma entidade, chamada Parque Invest, numa altura em que o quadro comunitário permitia investimento, para estudar o território e ver onde se poderia criar parques ou bolsas industriais. Nessa altura, não se falava em áreas de acolhimento empresarial, que é uma expressão que surge depois. Fizemos um estudo para apresentar uma candidatura, porque os

estudos eram financiados a 100%, para criação de zonas industriais, que tinham financiamento na ordem dos 60 %. Apresentei uma proposta, mas disseram que não estavam interessados. Eu era um simples técnico, não exercia funções políticas. Mesmo assim, fomos a Lisboa falar com o gestor do programa, mas disseram que assim não dava. E lá foi-nos dito que Felgueiras apresentou candidaturas para dois investimentos, um deles está a ser concluído agora, para acabar com as indústrias instaladas em vãos de escada. Era presidente, na altura, a Dr.ª Fátima Felgueiras. E o atual Presidente da Câmara, e bem, continua a adquirir mais terrenos. Se nessa altura tivéssemos aproveitado, estávamos agora a brilhar. Se houvesse essa capacidade na altura, Amarante seria agora uma verdadeira referência a nível nacional. Nós temos tudo para dar certo. E temos de arranjar argumentos, com os quadros comunitários e outras receitas que possam ajudar a encontrar algum equilíbrio. Se não formos nós, acreditem que o governo não nos vai dar nada. Meus senhores e minhas senhoras, estas são as desgraças com que o presidente de câmara tem de viver todos os dias e depois tem de ouvir dizer que não é preciso a derrama, dinheiro para investir. Vão votar contra, mas fazem mal. Vão votar contra, mas depois não podem exigir mais emprego no nosso território. Fazem mal em votar contra, porque politicamente é um erro. Vocês deviam querer um melhor território para os vossos descendentes. Os próximos dez anos são nucleares para Amarante. E não é com uma política, deixem-me dizer, displicente, sem aprofundar quais são as reais necessidades. Assim não vamos lá.” -----

----- A Assembleia Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, deliberou aprovar o lançamento da derrama para o ano de 2023, em 1% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC gerado no Município de Amarante, para os sujeitos passivos com um volume de negócios superior a 150.000€, e isenção de derrama

para os sujeitos passivos com um volume de negócios máximo de 150.000€, conforme proposta da Câmara Municipal. -----

----- Esta deliberação foi tomada por: 29 votos a favor, 0 abstenções e 18 votos contra, do Grupo Político Municipal do PS. Encontravam-se presentes 47 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 47 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

5. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – Fixação de Taxa do Imposto relativo a 2023 – (Registo n.º 10287/2023/11/27). -----

----- Inscreveu-se para usar da palavra: -----

----- **O senhor deputado Hugo Peixoto, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Relativamente a este ponto e uma vez que a proposta advém da proposta inicialmente apresentada pelo Partido Socialista, em sede da reunião de Câmara, obviamente, a mesma faz referência à discriminação positiva para os agregados familiares com dois ou mais dependentes. Por isso, iremos votar favoravelmente à proposta.” -----

----- A Assembleia Municipal, nos termos das alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e conforme proposta da Câmara Municipal, deliberou aprovar a fixação e minoração da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), relativo a 2023, nos seguintes termos: -----

- a)-Fixar a taxa a aplicar neste ano relativos aos prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI, em 0,3%;
- b) Fixar a redução da taxa de IMI em 140€ para agregados familiares com três ou mais dependentes a cargo e 70€ para agregados familiares com dois

dependentes a cargo, com domicílio fiscal em prédio destinado a habitação própria e permanente. -----

----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 47 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 47 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

6. Participação variável no IRS – (Registo n.º 10288/2023/11/27). -----

----- Inscreveram-se para usar da palavra: -----

----- **O senhor deputado Hugo Peixoto, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Os municípios dispõem atualmente de uma participação variável, até 5%, no imposto arrecadado em sede de IRS, relativamente aos rendimentos auferidos no ano imediatamente anterior, podendo devolver, parte ou integralmente dessa participação diretamente aos sujeitos passivos. -----

----- O executivo municipal, com a proposta agora apresentada, pretende mais uma vez exercer o seu direito de fixação no limite máximo de 5% legalmente previstos. Esta proposta obteve uma contraproposta apresentada em sede de reunião de Câmara, pelos vereadores do Partido Socialista, que pretendiam devolver, desde já, 1% dessa mesma participação aos sujeitos passivos, por forma a promover a competitividade do território, através de uma política fiscal diferenciadora, no sentido de tornar Amarante mais atrativa, do ponto de vista fiscal. Lembramos que a taxa de IRS não é só um imposto diretamente relacionado com as classes mais altas. Mas antes algo transversal a toda a classe média, que, como bem sabemos, tem sofrido com o aumento do custo de vida e dos encargos, nomeadamente com o crédito à habitação. -----

----- Assim, a Câmara Municipal de Amaranante pretende arrecadar perto de 1,9M€, que poderiam ser devolvidos aos amarantinos. A proposta do Partido Socialista, que seguia o método escalonado, que começaria em 1%, como anteriormente falei, permitiria uma devolução, desde já, de cerca de 400.000€ aos amarantinos. -----

----- Assim, em conformidade com a proposta apresentada em reunião de Câmara, a bancada do Partido Socialista vai votar contra neste ponto.” -----

----- **O senhor deputado Carlos Carvalho, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Eu antes de ir ao IRS, tenho de fazer aqui uma nota interessante, que é a seguinte: eu também tive a sorte de me sentar no executivo, na oposição, eleito pelos cidadãos, e lembro-me porque foi aqui referido que o Partido Socialista, relativamente ao IMI, estava satisfeito por o executivo acatar a sua sugestão e lembro-me de quanto difícil foi ter do lado de lá, do lado da governação, um governo atento e capaz de ouvir aquilo que são as opiniões da oposição. Portanto, quero deixar as minhas felicitações ao Senhor Presidente, senhores vereadores do Executivo, porque é realmente muito positivo. E até estou a olhar ali para o senhor vereador, e a lembrar-me de uns muros, ali num campo de futebol.... Mas não vou por aí, hoje. -----

----- Nós temos que fazer opções, na política, e quando exercemos a governação, mais opções temos de fazer. Eu não tenho dúvidas que qualquer governante gostasse de poder dizer *vou baixar impostos. A minha missão vai ser baixar impostos*. A popularidade ficava alto e retirava à oposição a possibilidade de pôr uns cartazes - sabemos que também trabalham muito bem para isso. Mas é preciso ver o que é que realmente acontece se nós fizermos essa baixa de impostos tão seletiva. É verdade que baixar o IRS, a mim, dava-me jeito, porque eu sou contribuinte em Amaranante e gostava, mas, realmente, baixar o IRS a quem paga IRS não é uma

medida transversal a toda a população e não chega àqueles que mais precisam. Portanto, se nós temos um executivo municipal que faz uma opção de atrair pessoas, modernizar a cidade e o concelho, precisa de ter orçamento para isso. Mas, faz-me confusão que nós tenhamos uma oposição que venha dizer que nós precisamos de tapar todos os buracos numa estrada e, ao mesmo tempo, dispensa uma parte do orçamento para beneficiar só uma parte dos amarantinos. Mas foi isso que nós vimos, hoje. Faz-me confusão que nós tenhamos uma oposição que diga vamos baixar o IRS, à custa do município de Amarante, à custa do orçamento do município de Amarante. Mas é o mesmo Partido Socialista que tem a sorte de ter alguém sentado na Assembleia da República e não propor ao governo deste país que baixe o IRS, para toda a gente. Nem foi dizer ao governo deste país que as contas certas também estão a ser feitas à custa dos orçamentos dos municípios. Mas vem à Câmara Municipal de Amarante e à Assembleia Municipal de Amarante dizer *vamos baixar o IRS, aí um por cento, que eu preciso pôr um cartaz na rotunda da vinha*. São opções, são formas de estar, são vontades de governar, mas, acima de tudo, é uma grande cara-de-pau.” -----

----- **O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Mais uma vez, corroboro de tudo o que disse o senhor deputado Carlos Carvalho – hoje estamos muito em sintonia. No fundo, reforçar o que disse, sendo que as autarquias têm de ter uma política social cada vez mais ativa, mais intensa. Temos dois milhões de pessoas pobres, no país. Esses dois milhões de pessoas não pagam IRS. Agora, espero que as políticas da Câmara Municipal possam chegar a quem precisa ou aos que despendem de maior esforço na sua vida, como é o exemplo de quem tem mais filhos. É preciso ajudar os que têm mais idade, por exemplo as oitocentas pessoas que têm passe municipal sénior, que é gratuito, passando a ter

mais qualidade de vida. -----

----- No passado, como agora, não se isentava estas taxas, não se devolvia o IRS, numa altura em que havia um orçamento mais favorável do que agora. Só para terem uma ideia, como eu digo que temos de ir buscar alguma coisa, quando temos pouco, poucos se lembram do tempo em que esta Câmara Municipal, em 2012, governada pelo Partido Socialista, neste sala, o então Presidente da Câmara a fazer críticas acérrimas sobre os cortes de 8% no orçamento municipal. E ele perguntava: *E agora, como é que vamos pagar, com estes cortes?* Entretanto, viemos nós, o governo mudou e, durante dez anos, governamos com esses cortes. Só em 2024 é que vamos ter acesso, pela primeira vez, àquele que era o orçamento de 2011 e 2012, em que vai ser repostos. A troika já foi, mas, para terem uma ideia, foi-nos retirado mais de 4M€; se multiplicarmos por dez anos, é só acrescentar mais um zero. É muito dinheiro, foi assim que ficamos impedidos, durante muito tempo. Agora, imagine-se, a derrama, nem pensar, e vamos lá a devolver o IRS, quando, naquela altura, perguntavam como é que se ia pagar. A questão é: como dizemos aos funcionários, *você vai para a rua, não tenho dinheiro para lhe pagar.* E quando um presidente da junta vier dizer que é preciso apoio para as limpezas, ou os protocolos das pequenas obras, como é que se lhes dava o dinheiro? Bem, com estes cortes e isenções que pedem, como fazer tudo o que se tem vindo a fazer? Bem, se souberem digam-me, se conseguirem corresponder a tudo isto, digam-me, que eu até voto num governo que apresente uma solução destas. Seria um governo maravilhoso.”-----

----- A Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, deliberou aprovar a participação de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Amarante, relativa aos rendimentos auferidos em 2023, conforme proposta da

Câmara Municipal. -----

----- Esta deliberação foi tomada por 29 votos a favor, 0 abstenções e 18 votos contra, do Grupo Político Municipal do PS. Encontravam-se presentes 47 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 47 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

7.-Taxa Municipal de Direitos de Passagem – (Registo n.º 10285/2023/11/27).

----- Não se registaram inscrições para usar da palavra. -----

----- A Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com a alínea b) do n.º 3 do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na sua redação atual, deliberou aprovar a aplicação do percentual de 0,25% devido pela Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), para o ano de 2024, conforme proposta da Câmara Municipal. -----

----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 47 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. -----

----- Encontravam-se presentes 47 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

8. Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2023 – (Registo n.º 10390/2022/11/25).-----

----- Inscreveram-se para usar da palavra: -----

----- **O senhor deputado Carlos Alberto Miranda, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- “As Grandes Opções do Plano e o Orçamento Municipal para o Ano de 2024 têm naturalmente uma componente técnica principal, mas são essencialmente documentos que refletem as opções estratégicas do Município de Amarante e, naturalmente, da coligação Afirmar Amarante, que o suporta politicamente. Ou seja, a continuação de um projeto político claro de afirmação e de crescimento da nossa terra. Neste contexto, importa naturalmente lembrar quais são os indicadores para o ano de 2024 apontados pelos principais organismos nacionais e internacionais e que revelam, naturalmente, um quadro de grande exigência, com previsão de muitas dificuldades para famílias e empresas. -----

----- Todos sabemos o contexto resultante da guerra da Ucrânia, que ainda se prolonga, as pressões inflacionistas, mais moderadas, mas ainda existem, o aumento de taxas de juro que se verificou ao longo deste ano, e, agora, recentemente, um conflito entre Israel e o Grupo Hamas, na Palestina. A isto acresce mais uma crise política interna provocada pela demissão do Primeiro-Ministro, pela dissolução da Assembleia da República, ou seja, dois anos depois de terem provocado também uma crise política, com o chumbo do Orçamento de Estado para 2022. Infelizmente, o Partido Socialista, a nível nacional, tem sido useiro e vezeiro a promover a instabilidade e, naturalmente, que Amarante, como todo o país, tem sofrido com isso, todos lamentamos este facto. -----

----- Neste sentido, importa também salientar que esta instabilidade política nos leva ao tal contexto de incerteza que está associado ao novo quadro comunitário Portugal 2030, que não permite aos municípios, nomeadamente ao nosso município, planear da melhor forma os seus projetos de futuro, a que crescem as dificuldades em torno da execução de investimentos financiados pelo PRR. Apesar deste contexto, que é adverso, indiscutivelmente, por muito que possamos pensar o contrário, é a realidade dos factos, o valor deste orçamento de 78,8 M€ é bastante ambicioso e

reflete a vontade deste executivo municipal em continuar o processo de transformação da nossa terra, que iniciámos, há 10 anos, e que tem dado frutos. É comprovado pela grande dinâmica realizadora deste executivo, que mantém uma situação financeira e orçamental equilibrada, tendo bem presente um grande princípio, que é o princípio da coesão territorial. Convém assumir que este orçamento inclui um montante considerável de receita consignada, nomeadamente 9 M€ de fundos comunitários e 12,4 M€ de empréstimos bancários contratados e não utilizados. -----

----- Gostaria também de salientar que mantém uma política de apoio às nossas empresas e de valorização do território para o tornar mais atrativo para captar investimento nacional e Internacional. -----

----- Verifica-se também que o município faz uma aposta clara num daqueles que é um dos grandes flagelos da nossa sociedade, que é a questão da habitação, tendo, aliás, realizado candidaturas de 13,3M€ ao PRR, no âmbito da Estratégia Local de Habitação, que poderão vir a ser financiados a 100%. Portanto, acho que também e com certeza que todos aqui concordaremos a importância desta política.

Neste contexto, gostaria aqui de destacar uma matéria que me parece relevantíssima, que é a política que já vem de outros anos, mas que é reforçada neste orçamento de proximidade e de reforço da cooperação com as juntas de freguesia, desde logo, com obras de proximidade, em que temos cerca de 3,5M€. São cerca de 60 obras no total, sendo que 95% destas são de valores até 150.000€. Se acrescentarmos os protocolos para realização de pequenas obras das juntas, que somam cerca de 640.000€, temos um investimento total, em todo o território amarantino, deste tipo de obras, de 4,2 M€, que é um valor muito importante e que revela, de forma inequívoca, em todo o seu esplendor, a política de coesão territorial levada a cabo por este executivo e que demonstra indiscutivelmente que, para nós,

para esta coligação que suporta o atual executivo, a coesão territorial não é um chavão ou um *soundbite* para usar na campanha eleitoral. É efetivamente uma convicção profundíssima que tem sido efetivamente levada a efeito, ao longo destes anos, demonstrando que não há freguesias de primeira, ou freguesias de segunda, há amarantinos e tratando todos por igual, seja os mais urbanos ou os mais rurais. E realmente quero elogiar este executivo por essa preocupação que é muito importante e que eu acredito que é um ponto que certamente merecerá a concordância de todos os deputados desta Assembleia Municipal. -----

----- E neste contexto, é também importante referir o apoio às instituições sociais do nosso território, que também ajuda a esse princípio da coesão social e territorial, em articulação também com as juntas de freguesia, que também tem aí grande importância. Naquilo que concerne às políticas de apoio diretas aos cidadãos, verifica-se também uma disponibilização de recursos necessários à execução de projetos e ações que visam diminuir as desigualdades sociais e apoiar os mais desfavorecidos no nosso município. -----

----- Verifica-se também aquilo que já foi referido, um grande volume de investimentos que se reflete também na grande produtividade do executivo, na apresentação de candidaturas a fundos comunitários, que já é uma tendência verificada ao longo destes 10 anos e tem sido absolutamente decisiva para termos conseguido aumentar a competitividade da nossa terra e a qualidade de vida dos nossos concidadãos. Neste contexto tão exigente é extremamente relevante realçar também que se respeita o princípio do equilíbrio orçamental, que exige que a receita corrente deve ser, pelo menos, igual à soma da despesa corrente, com a amortização dos empréstimos. E aqui, mais uma vez, se consegue superar esse princípio. Mantêm-se também as políticas conducentes à captação de investimentos relevantes para o desenvolvimento sustentado do município, que contribui, naturalmente, para

a diversificação do nosso tecido empresarial e para a criação de postos de trabalho, assentes na qualificação, na inovação e na tecnologia, continuando a tentar atrair empresas cada vez mais qualificadas neste tipo de setor. -----

----- Neste contexto, eu, ao longo da discussão que já se antecedeu, relativamente a questões que também estão refletidas neste orçamento, como a derrama, a participação variável no IRS, a questão do IMI, gostaria também de dizer que tive o cuidado, digamos, ao preparar esta intervenção sobre o orçamento, de analisar aquela que foi a declaração de voto do Partido Socialista, na reunião de Câmara. E não posso também deixar que denote efetivamente uma incoerência face àquilo que são propostas que são feitas nos Paços do Concelho de Amarante, face àquilo que é proposto pelo Partido Socialista, na Assembleia da República. Parece que há dois partidos socialistas quando me pareceria que seria mais natural, em coerência, que existisse um, porque de facto não é possível termos sol na eira e chuva no nabal. Nós temos de ter opções políticas, se exigimos mais investimentos, exigimos mais gastos para a Câmara Municipal, não podemos, ao mesmo tempo, exigir que esta tenha menos recursos, porque isso é impossível. Está para nascer alguém que consiga realmente fazer esse feito. Não acredito que exista e, portanto, eu acho que era importante nós termos esta coerência, que este executivo tenha uma política de perceber que Amarante, ao longo de muitos anos, perdeu o comboio, que agora é preciso voltar a apanhar, tem sido o que tem feito, ao longo destes 10 anos. Para isso, é preciso que a Câmara Municipal tenha recursos para investir, para tratar e para tornar o nosso território atrativo. E eu acho que deveria haver aqui da parte da oposição clarividência naquilo que defende efetivamente para Amarante, do ponto de vista das receitas e do ponto de vista da despesa. -----

----- Portanto, senhoras e senhores deputados, os números deste orçamento são claros e permitem-nos olhar com otimismo para o futuro, para o futuro da dinâmica

e de progresso para a nossa terra. Como tal, este orçamento respeita o grande voto de confiança que o povo amarantino deu à coligação afirmar Amarante nas últimas eleições autárquicas, está em consonância com os compromissos assumidos e, portanto, neste sentido, naturalmente que o sentido de voto da bancada do PPD/PSD será o voto favorável à aprovação da proposta das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Municipal para o Ano de 2024.”-----

----- **O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Só queria fazer duas correções, porque fui alertado para esse efeito, à minha intervenção acerca das escolas, para que conste em ata. Efetivamente, pelas informações que eu tinha, eram de que a EPALC tinha sido repescada na segunda candidatura, mas tive agora a confirmação que não foi repescada, mas, sim, que também foi ganhadora logo nessa segunda candidatura. Portanto, queria referir esta correção, para constar da ata. -----

----- A segunda nota é para dizer que estamos cá, senhor Presidente da Câmara. Primeiro, o PS tinha conseguido o voto de Passos Coelho, agora também temos o voto de José Luís Gaspar, porque, efetivamente, aumentamos os rendimentos e conseguimos diminuir a dívida e, portanto, estamos cá, estamos na luta. Em março, cá estaremos e contaremos consigo para uma grande vitória.-----

----- Ora bem, postos estes pequenos pormenores, vamos àquilo que interessa.

----- Debateremos, hoje, na Assembleia Municipal, os instrumentos fundamentais para a governação do nosso concelho, o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o Ano de 2024. Este orçamento é naturalmente um instrumento de política, que dá tradução a uma visão estratégica e a propostas programáticas que foram sufragadas pela população, mas também deve ter a abertura às pessoas e à cidadania, abertura a novas formas de dinamizar a economia e criar emprego. Isto

representa um novo relacionamento com os cidadãos, com o governo central e os demais municípios da CIM e com os agentes económicos e sociais. -----

----- A cidadania democrática exige uma maior participação e mais transparência. Nós queremos uma Amarante empreendedora, mais sustentável, mais próxima do cidadão, mais limpa, mais verde, mais humana, mais organizada. Gostávamos de ter mais concelho, porque fazer um concelho não é organizar e proteger os locais por onde passa a procissão. É preciso olhar também para o concelho escondido dos olhares de quem nos visita e perceber que há todo um concelho que necessita de uma intervenção profunda. Fazer um concelho é criar condições para que os cidadãos, os jovens e as famílias regressem à cidade que os viu nascer. Fazer um concelho é criar dinâmicas que nos elevem a um lugar de excelência e de referência, envolvendo todos os agentes locais através dessa mais-valias e evitar gastos excessivos do erário público. Essa gestão financeira que deve ser equilibrada e é importante perceber aquilo que executivo vai fazer em relação a alguns temas que, para nós, PS, deveriam estar no centro do debate. -----

----- Entre outros custos operacionais - isto também foi alertado na reunião de Câmara - os recursos humanos absorvem um valor muito significativo e urge encontrar um verdadeiro plano de reestruturação, que valorize o equipamento e que diminua os encargos para o município da sua exploração. Aliás, esta posição foi tomada, logo em 2013, nos primeiros debates. -----

----- Transição energética. Não verificamos uma estratégia do município, nenhuma ação clara que promova ganhos efetivos de custos energéticos. Não basta apontar o aumento dos custos com energia, é fundamental encontrar alternativas que reduzam os custos e a pegada ecológica da Câmara Municipal. -----

----- Estudos e consultoria. São expressivos, de ano para ano, ao mesmo tempo que aumenta o número de recursos humanos contratados e a contratar, não existe

uma verdadeira estratégia de valorização e otimização dos recursos humanos do Município e a sua respetiva alocação a áreas fundamentais para o desenvolvimento do concelho. -----

----- Encargos com a dívida. Para o orçamento de 2024, o Município terá encargos e amortizações de empréstimos, no valor de 1,74M€, sendo que não é apresentada nenhuma estimativa de encargos futuros nesta rubrica que, pelo período de carência que vigora, em muitos dos últimos empréstimos, tenderá a aumentar de forma muito acentuada, nos próximos anos. -----

----- A nossa visão é fazer um concelho em articulação com as juntas de freguesia, os autarcas de proximidade, de excelência, dar-lhes competência, mas, sobretudo, recursos para que eles sejam também decisores de uma política integrada de desenvolvimento e progresso. É urgente dignificar o papel dessas mulheres e desses homens, ouvindo-os na construção de um orçamento, situação que não ocorreu este ano, pois os senhores e senhoras presidentes de junta nem sequer foram chamados/as para reunirem com o executivo municipal, para darem nota das suas propostas a incluir no orçamento. -----

----- Fazer um concelho é fazer tudo para garantir que a segurança e a proteção dos cidadãos, de todos aqueles que ajudam a construir um concelho, seja uma realidade efetiva, como, por exemplo, fazer a manutenção diária da sinalização horizontal e vertical e a manutenção de eixos rodoviários e pedonais, para evitar acidentes. É impossível esconder o que já aqui foi dito, da necessidade de intervenção urgente da Câmara Municipal de Amarante nas estradas municipais que estão num estado crítico. -----

----- O grande desafio do município no próximo ano deveria ser criar condições para que a receita não dependa exclusivamente do pagamento de impostos pelos amarantinos. Contudo, a inclusão de impostos, como a derrama ou a devolução de

parte da participação variável do IRS aos cidadãos são cidadãos, são sinais do reverso dessa medalha. Aliás, esperávamos, à semelhança de muitos exemplos de outros municípios, um orçamento com redobradas preocupações nas políticas de apoio ao cidadão, como não aconteceu em Amarante. Não existiu, para além das propostas apresentadas pelo PS, uma única rubrica nova para essa resposta à nova realidade que estamos a viver e que já aqui foi dito. O PS entende que as prioridades de investimento para 2024 deveriam centrar-se na criação de condições para investimento privado e conseqüente criação de emprego digno, na promoção de políticas de habitação que aumentem a oferta a custos acessíveis e, por fim, no investimento em equipamentos públicos e arruamentos que tardam em ser realizados.-----

----- Os documentos provisionais para 2024, elaborados pelo executivo a que V. Ex.^a preside e que hoje aqui nos traz, tem inúmeras obras, que perduram, há uma década, nos documentos, sendo meramente indicativas, sem a determinação concreta se as pretende executar. É nesse sentido que julgamos importantes centrar o debate no orçamento com objetividade. -----

----- O Partido Socialista pergunta a V. Ex.^a quais as obras que verdadeiramente pretendem executar, ou iniciar, durante o ano de 2024? Quais as prioridades ao nível das ações, das medidas previstas nos documentos presentes, como a recuperação da biblioteca, a reabilitação das piscinas municipais, a reabilitação da EN 15, da rotunda dos saleiros, entre a Câmara e o cruzamento de Agração, a reabilitação da EN 312, entre Amarante e Vila Caiz, ou construção de novas piscinas municipais, por exemplo? A pista de canoagem, o pavilhão multiusos, a requalificação de Santa Luzia? Ou seja, um crescente número de projetos que não passam disso mesmo.---

----- Pela nossa parte, pensamos ser necessário recuperar o concelho de Amarante, de executar os projetos que estavam já planeados e prontos a arrancar e

não, constantemente, andarmos apenas no limbo de intenção dos projetos. É necessária e urgente a execução e há tanto para fazer. -----

----- O Partido Socialista de Amarante considera ainda que o presente orçamento deve contemplar um reforço de transferência das competências para as juntas de freguesia do concelho de Amarante, especificamente através da execução dos protocolos de obras para as freguesias. Estamos convencidos que tal opção permite aumentar a eficiência na resolução dos problemas, conferindo uma maior rapidez na resposta às necessidades das populações e reforçar o princípio da autonomia destas unidades de âmbito territorial, que são as juntas de freguesia. -----

----- Os documentos provisionais refletem um conjunto de escolhas da inteira responsabilidade da coligação. Embora legítima, não é comungada na sua plenitude pelo Partido Socialista de Amarante, pese embora verificarmos a aproximação a algumas das propostas apresentadas pelo PS, em sede de negociação, que dessem corpo a uma nova visão para o concelho, onde as pessoas seriam colocadas em primeiro plano, no orçamento, pelo que consideramos que devo enumerar algumas que delas corporizava esta estratégia: alargar os valores de dedução do IMI familiar para agregados com dois dependentes a cargo, em 70 €, e a três ou mais dependentes a cargo, 140€; devolução da participação do município na cobrança de imposto do IRS, em 1%; programa de lanches saudáveis, financiamento por parte da autarquia de um lanche para o pré-escolar e dois lanches para o primeiro ciclo; congelamento de rendas habitacionais e comerciais no ano de 2024; reforço da autonomia das juntas de freguesia, atribuindo a estas uma receita proveniente de uma taxa turística municipal, que nós próprios alinhámos também nessa taxa, porque acho que quem vem visitar Amarante também deve contribuir para o sucesso da cidade; e a criação de um fundo ambiental municipal financiado pela consignação de parte da derrama, embora não encontremos referência a essa indicação nestes

documentos em concreto.-----

----- Fazemos boa-fé na anuência positiva manifestada pelo Senhor Presidente da Câmara, em sede de negociação, sobre as propostas do IMI familiar, a criação dos lanches saudáveis do pré-escolar e a distribuição de 50% das receitas da taxa turística às juntas de freguesia. E, nesse sentido, o Partido Socialista vai abster-se nesta proposta.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- “Ora bem, vou ser rápido, não vale a pena muitas considerações, mas, em jeito de brincadeira, continuo a dizer que voto em si, senhor deputado [Cândido Zoio]. É notável, a sério. Não é preciso contratar ninguém porque os projetos aparecem. É barato, aparecem do ar. É preciso é uma ideia para Amarante. Depois o IMI familiar, enfim, uma estratégia para Amarante sem tirar das pessoas, onde é que eu já ouvi isto?! E a derrama para a parte ambiental, já servia. Votam contra a derrama, para investir nas áreas empresariais, mas querem a derrama para a parte ambiental. É uma coisa notável, diga-se! E acha que vai transformar Amarante com esta proposta, senhor deputado? Aliás, sobre o IMI familiar, apadrinhamos essa ideia que, diga-se, o senhor Vereador Carlos Teixeira Pereira já me havia alertado.-----

----- A abordagem que faz é a abordagem política que entende fazer, mas deixem-me dizer-lhes que este é o orçamento que continua a pensar no desenvolvimento do território e tem tudo para dar certo. Claro que, para quem o analisou, percebe que há alguns constrangimentos. Mas, quero acreditar que, quando houver estabilidade política, não sei se para o ano já vai haver, espero que sim, os projetos que já temos pensados e estruturados para iniciar, seja através do Portugal 2020, do PRR ou de outras candidaturas, os fundos comunitários surjam, porque só assim, conseguiremos executá-las. Há projetos para os quais contratamos

consultores para esses trabalhos, por exemplo, o que referiu agora, da reabilitação da EN 15. É necessário fazer, mas só para passeios e drenagem de água, excluindo o piso, desde os armazéns da câmara, até à Ponte do Pego, são 5 M€. É um esforço financeiro assinalável e nós temos de ser realistas. Eu sei que fica bem esta argumentação política, menos taxas e mais investimento; dar apoios a tudo e mais alguma coisa. Mas, na política, temos de ser realistas. Ainda há bocado pedia para fazer um resumo de obras que fomos fazendo, vocês foram-me ouvindo falar das minhas grandes preocupações orçamentais, mas, mesmo assim, tínhamos qualquer coisa como pequenas empreitadas para as juntas de freguesia, as limpezas, os protocolos singulares, foram 7,6 M€, nestes últimos dois anos. Como sabem, foi muito difícil esta coordenação nestes últimos dois anos, em que tivemos de cortar 9 M€ ao orçamento, foi terrível. O acréscimo dos salários, e bem, mais cerca de 4 M€, a diferença de 2022 para 2024. As coisas continuam a aumentar para todos, menos para o governo. Apesar disso tudo e de dizerem que estamos a fazer pouco, fizemos obras, na ordem dos 8 M€. E continuo a dizer que tenho orgulho nos dois primeiros mandatos, em que fizemos muita obra, executamos muita estrada, apesar de reconhecer que é preciso fazermos mais obra com muita visibilidade. E fizemo-lo com menos 40 M€, desde o anterior executivo. E, ainda assim, fizemos e vamos continuar a fazer. Ninguém estava a contar era com os atrasos dos financiamentos, lembrando que temos aí o maior de sempre da história do nosso país, mas ainda nada. Espero que venha para breve, não para ser eu a fazer obra, mas porque Amarante precisa dessas infraestruturas. E nós temos projetos. Já agora, senhor deputado, antigamente só havia ideias, mas nós temos os projetos, esta é a diferença.” -----

----- **O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- “Sim, nós estaremos cá para executar esses projetos, tal como o PSD esteve

para executar os nossos. Mas, só para dar uma nota, Portugal é o quarto país da União Europeia que mais dinheiro foi buscar, no âmbito do PRR, segundo um relatório credível da Comissão Europeia, que avalia a implementação dos mecanismos de recuperação e resiliência, vai em 17% da execução, 5,14 mil M€. E como é que estarão os outros países? Portugal é só o quarto, ponto. Eu gostava de ser o primeiro, mas somos o quarto. Portanto, quando se fala assim, com um sorriso no rosto, da estratégia local de habitação, e bem. Agora, aquilo que eu estava a dizer, quando eu dizia que era preciso construir Amarante, em que primeiro são as pessoas, eu vou dar pequenos exemplos procedimentais. Está no estatuto de oposição que quem deve ser ouvido é o partido, na negociação do orçamento, não são os vereadores. Tudo bem que há uma boa relação entre todo o partido, como temos visto, quer nas propostas, quer na estratégia, quer nas votações, mas, no direito de oposição, quem deve ser ouvido é o partido político - e por acaso eu sou o Presidente da Concelhia - e senti-me um pouco desrespeitado, já pela segunda vez e nessa função, não recebendo uma proposta de orçamento para eu poder negociar. E eu como negoceio também com os meus vereadores, com os meus membros da Assembleia Municipal. A segunda falta de respeito, que nunca aconteceu, Senhor Presidente, também devo dizer, o senhor vereador não está cá para se defender, porque é ele que tem a tutela, não foram ouvidos os presidentes de junta. Isto é uma vergonha, porque deviam ser ouvidos para dizer que propostas tinham, o que quer optar, porque podia haver prioridades. Dizer que queria esta ou aquela obra, em vez de outra. Era uma questão de justiça, serem ouvidos. E não estou a dizer que era para executar tudo em todo o tempo. Serem ouvidos e ser ouvido é isto, não estou a dizer que se executa tudo em todo o tempo. Não, nós cá estaremos para executar os seus projetos, porque devo dizer que alguns até são bem engraçados."-----

----- **O senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do**

PS, proferiu a seguinte intervenção: -----

----- “Sem querer ser advogado, que sou, eu, enquanto Vice-Presidente da Comissão política, tenho acompanhado o trabalho do Senhor Vice-Presidente da Câmara. Lamentavelmente, ele não está aqui, hoje, para se poder defender. Está em representação do Município, na Assembleia da República. E eu sei, que pode não ter havido uma reunião formal com os senhores e senhoras presidentes de junta, mas sei que ele, ao longo do ano, os ouve e fala com eles – eu sei, porque, inclusive, já o presenciei - quer sejam do PSD, quer sejam do PS, ou independentes. Portanto, já o presenciei e sei que a principal preocupação dele, inclusive, com o Senhor Presidente da Câmara, é que as freguesias tenham obras de proximidade, que são necessárias. Portanto, é um homem com disponibilidade, com trabalho e com a vontade de ajudar as juntas de freguesia. Isto é genuíno, tenho-o constatado.-----

----- Não é verdade? Olhe, eu já o ouvi defendê-lo a si, Senhor Presidente [Lufrei], contra muita gente, ouvi-o defender uma obra na sua freguesia. Percebeu, Senhor Presidente? Já o ouvi defender, contra muita gente, uma obra na sua freguesia, portanto não venha dizer que não é verdade. E então se quiser, venha depois falar aqui e diga o que tem a dizer, Senhor Alexandrino. Portanto, o que eu tenho visto, porque o acompanho muitas vezes, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, pela pessoa que é, pela capacidade e pela vontade que tem, tem-se preocupado, essencialmente, em defender as juntas de freguesia. É o que eu tenho visto nele e lamento que não esteja cá para se defender e que tenham sequer falado nisso, na sua ausência. Podiam aproveitar para falar nisso, em outra altura, em que ele estivesse.” -----

----- A Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, deliberou aprovar a proposta de orçamento para o ano financeiro de 2024, as grandes opções do plano, e consequentemente, o mapa de pessoal para o exercício financeiro de

2024, articulado das Normas de Execução Orçamental, Plano Plurianual de Investimento, PAM e demais elementos instrutórios, conforme proposta da Câmara Municipal. -----

----- Esta deliberação foi tomada por 29 votos a favor, 18 abstenções, do Grupo Político Municipal do PS, e 0 votos contra. Encontravam-se presentes 47 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. -----

----- Encontravam-se presentes 47 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

----- O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, usou da palavra para propor a discussão conjunta dos pontos 9 a 12 da ordem do dia. -----

----- O senhor deputado Carlos Carvalho, do Grupo Político Municipal do PSD, usou da palavra para dizer que estava de acordo, desde que não fosse para dirigir graçolas sobre reuniões com o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, ausente desta sessão. -----

----- Não se registaram inscrições para usar da palavra sobre os pontos 9 a 12. -

9. Provedor Municipal da Pessoa com Deficiência – (Registo n.º 10269/2023/11/27).-----

----- A Assembleia Municipal, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, deliberou aprovar o projeto de Estatuto do Provedor Municipal da Pessoa com Deficiência, e que, ainda que aqueles estatutos não estejam ainda em vigor, seja, desde já, criada a figura do Provedor Municipal da Pessoa com Deficiência, conforme proposta da Câmara Municipal. -----

----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 47

membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 47 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

10. Alteração ao Código Regulamentar do Município de Amarante -

Voluntariado jovem - (Registo n.º 7962/2023/09/13). -----

----- A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou aprovar a alteração do Código Regulamentar do Município de Amarante, bem como manter a suspensão dos artigos V/150.º a V/160.º, até à sua entrada em vigor, conforme proposta da Câmara Municipal. -----

----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 47 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 47 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

11. Reconhecimento de Relevante Interesse Público (RIP) do Projeto de construção da via de ligação entre a Avenida 25 de Abril (Colégio de São

Gonçalo) e a Avenida Alexandre Herculano (Costa Grande) - (Registo n.º 9255/2023/10/25). -----

----- A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea r) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou declarar de Relevante Interesse Público o projeto para execução da via de ligação entre a Avenida 25 de Abril (Colégio de São Gonçalo) e a Avenida Alexandre Herculano (junto ao Complexo Desportivo da Costa Grande), com vista ao subsequente reconhecimento desse interesse pela tutela governativa (Membro do Governo responsável pelas áreas do

Ambiente e do Ordenamento do Território), conforme proposta da Câmara Municipal.

----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 47 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 47 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

12. Afetação de parcela de terreno ao domínio público municipal - (Registo n.º 10004/2023/11/20).-----

----- A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou aprovar a afetação da parcela de terreno para integrar o domínio público municipal, de acordo com a proposta da Câmara Municipal. -----

----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 47 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 47 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

13.-Designação de cidadãos eleitores para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (CPCJ) de Amaranante, nos termos do artigo 17.º, alínea I) da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na sua redação atual - (Registo n.º 25180/2023/10/26).-----

----- "Como sabem, as pessoas indicadas pela Assembleia Municipal para integrar a CPCJ são reconduzidas automaticamente, se este órgão não se pronunciar. Este ano, não foi assim e, em reunião de conferência de representantes desta Assembleia Municipal, ficou acordado contatar as pessoas que estavam indicadas, no sentido de saber se alguém pretendia ser substituído/a. -----

----- Excetuando a Dr.^a Maria José Cerqueira, que não quis continuar, os/as restantes membros manifestaram intenção de se manterem na CPCJ.-----

----- Assim, foi apresentada à Mesa uma proposta subscrita pelos representantes dos grupos políticos municipais e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ansiães, como independente, do seguinte teor: -----

----- “Os Grupos Municipais e o Membro independente da Assembleia Municipal de Amarante propõem os/as seguintes cidadãos/cidadãs eleitores/as para integrarem a CPCJ de Amarante: -----

----- - Amélia Maria Gomes de Oliveira; -----

----- - Carla Joana Vasconcelos Cardoso; -----

----- - Marco Tiago Ferraz Carneiro; -----

----- - Fernando José Moura e Silva. -----

----- Paços do Concelho de Amarante, 14 de dezembro de 2023. -----

---- Os representantes dos grupos políticos municipais/membro independente,“ ----

----- Inscreveram-se para usar da palavra: -----

----- **O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- “Nós discutimos este assunto em reunião de líderes, não nesta última, mas na anterior, que seria muito importante que as pessoas nomeadas fossem mesmo às reuniões da CPCJ, muitas vezes impossibilitada de reunir a Comissão Alargada, por falta de quórum. Também falei deste assunto numa reunião da própria CPCJ, da qual faço parte, porque seria importante que os seus membros comparecessem nas reuniões. Eu sei que, às vezes, temos de fazer esforços, mas a própria CPCJ faz o esforço de, quando nós quisermos, reunir em horários ou datas ajustadas, inclusive em horário pós-laboral. Nos termos da lei, as reuniões devem realizar-se

mensalmente, mas nem sempre conseguimos cumprir esse calendário e, muitas vezes, quase sem quórum.-----

----- Só queria deixar esta nota, por causa da responsabilidade que temos ao indicar estes cidadãos e não seria agradável que, sendo designados pelos representantes do povo, faltassem às reuniões.-----

----- E como não vou intervir no último ponto, que é só para conhecimento, e dado que no anterior não foi possível, eu gostava também de desejar a todos um bom Natal, em meu nome e também da bancada do Partido Socialista. Muitas vezes, temos divergências, mas, no final, todos somos defensores de uma causa maior, que é Amarante. Desejo-vos, também, um excelente ano de 2024, com muito sucesso, que Portugal bem precisa e Amarante também.”-----

----- **O senhor deputado Carlos Carvalho, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- “Apenas para transmitir e reforçar o sentido de missão que todos os elementos que estamos aqui a indicar para a CPCJ devem ter, e agradecer, em nome da bancada do PSD, a todos os que subscreveram a proposta.-----

----- Aproveito também para desejar a todos um feliz Natal e que o próximo ano venha com saúde, que o resto cá nos arranjaremos todos.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- “Quero agradecer e desejar-vos a todos e a todas um santo Natal e um feliz ano novo. Gosto particularmente do natal, pelo espírito fraterno que representa, mais a mais num período tão conturbado que estamos a viver, com as guerras, uma aqui tão perto, na Europa.-----

----- Desejo-vos um feliz Natal e um ano novo cheio de felicidades.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Cunha, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- "A proposta dos elementos para integrar a CPCJ foi subscrita por todos os líderes e corroboro as palavras do senhor deputado Cândido Zoio, no sentido de que a CPCJ é demasiadamente importante para que as pessoas não compareçam nas reuniões. Ao assumir uma responsabilidade destas, as pessoas têm de fazer todos os esforços no sentido de participar nas reuniões, para defender a nossa juventude.---

----- Quero também desejar a todos um santo Natal e que o ano de 2024 seja excecional. Este foi um ano cheio de grandes discussões, mas, no fim de contas, da discussão nasce a luz, Amarante está mais rica, Amarante está melhor, Amarante está bem. Eu acho que uma governação sem oposição não é governação, portanto, cumprimento a oposição, mas também cumprimento, naturalmente, aqueles que fizeram o trabalho, os que fizeram também o trabalho de casa, construíram coisas boas e, assim, apareceram coisas boas para Amarante. Estamos todos de parabéns, um santo Natal e um Ano Novo cheio de felicidades."-----

----- A proposta foi submetida a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Encontravam-se presentes 47 membros dos 53 que compõem a Assembleia Municipal. -----

14. Plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas -

Relatório de avaliação intercalar 2023 – (Registo n.º 8676/2023/10/09) –

Para conhecimento. -----

----- Não se registaram inscrições para usar da palavra. -----

----- O presente assunto foi presente a reunião, somente para conhecimento, não havendo lugar a deliberação. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, quando eram vinte e três horas e cinquenta

minutos.-----

----- Da presente reunião foi lavrada esta ata, que, depois de lida e aprovada, por unanimidade, na sessão ordinária de 16.02.2024, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia e pelos seus Secretários.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA



O PRIMEIRO SECRETÁRIO



O SEGUNDO SECRETÁRIO

